

Companhia Brasileira de Distribuição

Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas Referentes ao Trimestre Findo em 30 de setembro de 2013 e Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “GPA”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Grupo”), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônico, e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Super”, “Mini-mercado Extra”, “Assai”, “Ponto Frio” e “Casas Bahia”, além das plataformas de e-commerce “Casas Bahia.com”, “Extra.com”, “Ponto Frio.com”, “Barateiro.com” e “Partiuviagens.com”. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Fundada em 1948, a Companhia possui, em 30 de setembro de 2013, 155 mil funcionários, 1.951 lojas em 19 estados brasileiros e no Distrito Federal e uma infraestrutura de logística que compreende 54 centrais de distribuição localizadas em 13 estados e no Distrito Federal. As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”), sob o código “PCAR4”, e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III) sob o código “CBD”. A companhia também é listada na Bolsa de Valores de Luxemburgo, porém sem ações negociadas.

A Companhia é controlada pela Wilkes Participações S.A. (“Wilkes”) que em 2 de julho de 2012 passou a ser controlada pelo Casino Guichard Perrachon (“Casino”).

a) Arbitragem Casino

Em 30 de maio de 2011, o Casino requereu a instauração de procedimento arbitral de acordo com as normas da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, contra o Sr. Abílio dos Santos Diniz, a Sra. Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D’Avila, a Sra. Adriana Falleiros dos Santos Diniz, o Sr. João Paulo Falleiros dos Santos Diniz, o Sr. Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz e a Península Participações Ltda. (“Península”).

Em 1º de julho de 2011, o Casino requereu a instalação de outro procedimento arbitral de acordo com as normas da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, tendo como requeridos as partes acima mencionadas e a Companhia.

Em 5 de outubro de 2011, o Sr. Abílio dos Santos Diniz, a Sra. Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D’Avila, a Sra. Adriana Falleiros dos Santos Diniz, o Sr. João Paulo Falleiros dos Santos Diniz, o Sr. Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz e a Península apresentaram sua resposta a ambos os procedimentos arbitrais e formularam pedidos contrapostos (*Counter Claims*).

As arbitragens foram unificadas em um único procedimento e um tribunal arbitral com três membros foi constituído para decidir a disputa. Tal procedimento arbitral teve sua primeira audiência em São Paulo, no dia 9 de maio de 2012. A arbitragem, incluindo o *Counter Claims*, está sujeita à obrigação de confidencialidade e tem por objetivo assegurar o cumprimento do Acordo de Acionistas da Companhia, do Acordo de Acionistas de Wilkes. Em 21 de junho de 2012, a Companhia apresentou objeção de jurisdição, alegando não haver razão para participar dessa arbitragem, pois não é parte do Acordo de Acionistas da Wilkes.

Em 5 de abril de 2013, o tribunal arbitral deferiu a exclusão da Companhia do procedimento arbitral.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas- Continuação

a) Arbitragem Casino - Continuação

Em 6 de setembro de 2013, o Grupo Casino e o Sr. Abilio dos Santos Diniz, em conjunto com suas partes relacionadas, firmaram um Instrumento Privado de Transação e Renúncia de Direitos. Como consequência da transação mutuamente acordada, as partes protocolaram diante da *International Chamber of Commerce* ("ICC") uma petição buscando o encerramento de todos os procedimentos arbitrais requeridos pelas partes que estavam em curso naquele momento. As partes também concordaram em encerrar todo e qualquer litígio contra a outra parte e contra qualquer terceiro (relacionados às controvérsias das partes), assim como não praticar nenhum ato ou ajuizar qualquer ação baseado nos direitos previstos em qualquer dos acordos previamente firmados entre as partes ou baseado em entendimentos das partes anteriores a 6 de setembro de 2013.

b) Transação entre Casino Guichard-Perrachon e o Sr. Abilio dos Santos Diniz

Nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 06 de setembro de 2013, fomos informados conjuntamente por Casino Guichard-Perrachon, nosso acionista controlador, e pelo Sr. Abilio dos Santos Diniz, que, naquela data, as partes firmaram Instrumento Privado de Transação e Renúncia de Direitos ("Instrumento de Transação") pelo qual ambos concordaram em transacionar toda e qualquer disputa, reclamações ou litígios relacionados à sua sociedade no Brasil, notadamente como acionistas da nossa controladora, a Wilkes, e da Companhia. O Instrumento de Transação, entre outras regras, estabeleceu o seguinte:

- (a) Permuta de Participação Acionária: O Casino e suas afiliadas ("Grupo Casino") trocaram 19.375.000 milhões das ações preferenciais emitidas pela Companhia que detém em contraprestação por 19.375.000 milhões de ações ordinárias emitidas por Wilkes, atualmente detidas pelo grupo liderado pelo Sr. Abilio Diniz ("Grupo AD"). A transferência de 11.229.075 milhões das ações está sujeita à aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;
- (b) Rescisão dos Acordos: na mesma data, foram rescindidos os acordos inicialmente firmados entre o Grupo Casino e o Grupo AD, como o Acordo de Acionistas da Wilkes, o Acordo de Acionistas da Companhia e o Contrato de Opção de Venda de Ações sob Condição;
- (c) Direitos do Grupo enquanto acionistas da nossa Companhia: Como resultado da permuta de participação acionária mencionada acima, nem o Grupo AD, nem o Sr. Abilio Diniz, tem qualquer direito de sócio diferente daqueles concedidos aos acionistas pela Lei das S.A.;
- (d) Procedimentos Arbitrais em curso e outros litígios: Como consequência da transação mutuamente acordada, as partes protocolaram diante da ICC uma petição buscando o encerramento de todos os Procedimentos Arbitrais ICC No. 17977/CA (C-18055/CA) e 19165/CA;
- (e) Não-Competição: Em relação à obrigação de não-competição originalmente prevista na Cláusulas 14.3. e 14.3.1. do Acordo de Acionistas da Wilkes, o Grupo AD foi liberado de toda e qualquer obrigação nesse sentido; e
- (f) Imobiliário: A estrutura contratual imobiliária, pela qual o Grupo AD adquiriu e subsequentemente alugou para a nossa Companhia 60 lojas, desde 2005, não será afetada pelo Instrumento de Transação e continuará em plena vigência.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas – Continuação

c) Reestruturação societária

Em AGE realizada no dia 28 de dezembro de 2012, foi aprovada a reestruturação societária com o objetivo de conseguir benefícios de ordem administrativa econômica e financeira ao Grupo, cuja data-base da reestruturação foram os balanços das subsidiárias levantados em 31 de dezembro de 2012. A reestruturação consistiu na incorporação pela Companhia das operações de 44 lojas da subsidiária Sé Supermercados Ltda. ("Sé") com o acervo líquido de R\$515 e de 6 lojas da subsidiária Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") pelo acervo líquido de R\$504.

Adicionalmente, houve uma permuta de valores equivalentes de ações entre a Companhia e a subsidiária Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc"), onde a Companhia cedeu 17,25% de Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A ("Barcelona") em troca de 6,9% de Sé Supermercados. Em ato contínuo foi aprovado na mesma assembleia um aumento de capital da Companhia em Barcelona de R\$557.534, sem emissão de novas ações, utilizando-se de créditos da Companhia contra esta subsidiária.

A reestruturação resultou em efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da ordem de R\$7.491, principalmente relacionados à perda de créditos tributários diferidos de Contribuição Social em suas subsidiárias.

Os efeitos no balanço de 31 de dezembro de 2012 da controladora como resultado da incorporação das subsidiárias Sé e Sendas, descritas acima, foram os seguintes:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas - Continuação

c) Reestruturação societária - Continuação

<u>Ativo</u>	<u>31.12.2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	275.636
Contas a receber	20.998
Estoques	92.813
Impostos a recuperar	5.489
Outros créditos	1.257
Total do ativo circulante	<u>396.193</u>
Depósitos para recursos judiciais	62.519
Impostos a recuperar	8.829
Investimentos	801.775
Imobilizado	225.297
Intangível	173.247
Total do ativo não circulante	<u>1.271.667</u>
Total do ativo	<u>1.667.860</u>
<u>Passivo</u>	
Fornecedores	125.528
Salários e encargos sociais	16.980
Impostos e contribuições a recolher	8.005
Partes relacionadas	1.446.936
Outras contas a pagar	14.684
Total do passivo circulante	<u>1.612.133</u>
Provisão para demandas judiciais	54.708
Total do passivo não circulante	<u>54.708</u>
Total do passivo	<u>1.666.841</u>
Acervo líquido	<u>1.019</u>

Em AGE realizada em 2 de janeiro de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em Sendas no montante de R\$1.100.000, sem emissão de novas ações, utilizando-se de créditos da Companhia contra esta subsidiária.

d) Solicitação de arbitragem Morzan

Nos termos do Fato Relevante publicado em 15 de junho de 2012, a Companhia informou que recebeu correspondência da Câmara de Comércio Internacional - CCI, por meio da qual foi notificada acerca do pedido de instauração de procedimento arbitral ("Procedimento") apresentado pela Morzan Empreendimentos e Participações Ltda. ("Morzan"), antiga controladora da Globex Utilidades S.A. (bandeira Ponto Frio), atualmente denominada Via Varejo S.A. ("Via Varejo").

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas - Continuação

d) Solicitação de arbitragem Morzan - Continuação

O Procedimento está relacionado com questões que decorrem do Contrato de Compra de Ações celebrado pela subsidiária Mandala Empreendimentos e Participações S.A. em 8 de junho de 2009 ("Contrato"), para aquisição de 86.962.965 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal então representativas de 70,2421% do capital social total e votante da Via Varejo, objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 8 de junho de 2009. Os termos da arbitragem estão submetidos a obrigações de confidencialidade.

Em 11 de julho de 2012, a Companhia exerceu seu direito de indicar um árbitro para compor o tribunal arbitral responsável pela condução do Procedimento.

A Companhia entende que o pedido apresentado por meio do requerimento é improcedente, tendo sido o Contrato cumprido integralmente, o que será demonstrado ao longo do Procedimento.

Até a presente data não ocorreram desdobramentos desta arbitragem, portanto, não gerando quaisquer impactos nestas informações contábeis intermediárias. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados acerca de quaisquer desdobramentos relevantes relativos ao Procedimento.

e) Avaliação do acervo líquido da Associação entre CBD e Casas Bahia

Em relação aos trabalhos dos consultores externos informados em comunicado ao Mercado da controladora CBD de 16 de outubro de 2012 e da Via Varejo de 23 de maio de 2013, durante o 2º trimestre de 2013 ocorreu a conclusão de uma parcela importante dos trabalhos, com os devidos ajustes contábeis efetuados nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013. Os resultados estão sendo analisados, e o trabalho será concluído com a máxima brevidade. Neste momento, a Companhia não tem conhecimento de qualquer outro ajuste que deva ser efetuado nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2013.

f) Termo de Compromisso de Desempenho.

Conforme fato relevante divulgado em 17 de abril de 2013, a Via Varejo, a Companhia, Casa Bahia e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") celebraram o Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD"), para a aprovação do Acordo de Associação celebrado entre a Companhia e CB em 04 de dezembro de 2009 e aditado em 01 de julho de 2010, que tem por objetivo estabelecer medidas que:

- (i) impeçam que a unificação das operações das Compromissárias implique eliminação substancial da concorrência;
- (ii) garantam condições para existência de rivalidade efetiva nos mercados afetados pela operação;
- (iii) garantam condições para entrada rápida e eficiente de concorrentes nos mercados referidos;
- (iv) assegurem que os benefícios decorrentes da associação sejam distribuídos equitativamente entre seus participantes, de um lado, e os consumidores finais, de outro, naqueles mercados específicos.

De forma a atender os objetivos do TCD, a Via Varejo e seus acionistas têm por principal obrigação alienar 74 lojas, localizadas em 54 municípios distribuídos em seis estados e no Distrito Federal, que juntas representaram aproximadamente 3% das vendas brutas consolidadas de Via Varejo em 30 de setembro de 2013 (3% em 31 de dezembro de 2012).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas - Continuação

f) Termo de Compromisso de Desempenho - Continuação

O CADE tem fiscalizado o cumprimento das obrigações assumidas no TCD, estando a Via Varejo sujeita apresentar dados e informações que a autarquia julgar necessários.

A Via Varejo não identificou a necessidade de reconhecer, nas informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a perda por redução do valor de recuperação para os ativos vinculados às lojas.

2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - *“Interim Financial Reporting”*, emitida pelo *“International Accounting Standards Board - IASB”*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR; e
- As informações contábeis intermediárias individuais da controladora preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações contábeis intermediárias são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua (“moeda funcional”), que é o Real (R\$), que também é a moeda de apresentação dessas informações contábeis intermediárias.

As informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de outubro de 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação

a) Participação em subsidiárias, associadas e negócios em conjunto

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	30.09.2013		31.12.2012	
	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Controladas				
Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	10,00	-	10,00	-
Sé Supermercados Ltda. ("Sé")	100,00	-	100,00	-
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	100,00	-	100,00	-
PA Publicidade Ltda. ("PA Publicidade")	100,00	-	100,00	-
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona")	82,75	17,25	82,75	17,25
CBD Holland B.V.	100,00	-	100,00	-
CBD Panamá Trading Corp.	-	100,00	-	100,00
Xantocarpa Participações Ltda. ("Xantocarpa")	-	100,00	-	100,00
Vedra Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bellamar Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Vancouver Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Bruxellas Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Monte Tardeli Empreendimentos e Participações S.A.	99,91	0,09	99,91	0,09
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços. Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	100,00	-	100,00	-
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
GPA 4 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,91	0,09
GPA 5 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,91	0,09
GPA 6 Empreend. e Participações Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
ECQD Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
API SPE Planej. e Desenv. de Empreend. Imobiliários Ltda.	100,00	-	100,00	-
Posto Ciara Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Império Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Duque Salim Maluf Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Duque Santo André Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Duque Lapa Ltda.	-	100,00	-	100,00
Duque Conveniências Ltda.	-	100,00	-	100,00
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda.	-	52,41	-	52,41
Via Varejo S.A.	52,41	-	52,41	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	-	52,41	-	52,41
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	-	-	-	52,41

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação - Continuação

a) Participação em subsidiárias, associadas e negócios em conjunto - Continuação

Sociedades	30.09.2013		31.12.2012	
	Companhia	Participação Indireta	Companhia	Participação Indireta
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda.	-	52,40	-	52,41
Rio Expresso Com. Atacad. de Eletrodoméstico Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex Adm. Consórcio Ltda.	-	52,41	-	52,41
PontoCred Negócio de Varejo Ltda.	-	52,41	-	52,41
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	0,10	52,36	0,10	52,36
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	39,05	31,11	39,05	31,11
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A.	-	70,16	-	70,16
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	70,16	-	70,16
Sabara S.A	-	52,41	-	52,41
Casa Bahia Contact Center Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("Globex FIDC")	-	-	-	52,41
<u>Associadas</u>				
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	43,22	-	43,22
Dunnhumby Brasil Cons. Ltda.	2,00	-	2,00	-
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	26,21	-	26,21
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	43,22	-	43,22
<u>Negócios em conjunto</u>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	13,10	-	13,10

Todas as participações são calculadas considerando o percentual detido pela GPA ou suas subsidiárias. Não necessariamente a consolidação reflete tais percentuais, dado que algumas empresas possuem acordo de acionistas que confere o controle à Companhia e, portanto, são consolidadas integralmente.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação - Continuação

b) Subsidiárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto.

Subsidiárias são todas as entidades em que a Companhia tem controle. A Companhia controla uma entidade quando ela é exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis como resultado do seu envolvimento com a investida e quando os retornos do investidor decorrentes de seu envolvimento tem o potencial de variar conforme o resultado do desempenho da investida. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação, quando aplicável, a partir da data em que esse controle é perdido.

As informações contábeis intermediárias das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

(i) Novasoc

Embora a participação da Companhia na Novasoc represente 10% de suas quotas, a Novasoc está incluída nas informações contábeis intermediárias consolidadas porque a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de quotistas. Adicionalmente, de acordo com o contrato social da Novasoc, a alocação de seu lucro líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detida na sociedade.

(ii) Via Varejo

A Companhia detém 52,41% de participação no capital social da Via Varejo, conferindo-lhe o controle dessa subsidiária, consolidando integralmente suas informações contábeis intermediárias. A Via Varejo concentra as atividades de comércio de eletroeletrônicos, operando sob as marcas "Ponto Frio" e "Casas Bahia". A Companhia atua também por meio de sua subsidiária Nova Pontocom, no comércio eletrônico de qualquer produto para consumidores finais por meio dos sites: www.extra.com.br, www.pontofrio.com.br, www.casasbahia.com.br, www.barateiro.com.br e www.partiuviagens.com.br.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação - Continuação

b) Subsidiárias – Continuação

(ii) Via Varejo -- continuação

Em 02 de janeiro de 2013 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da subsidiária NCB pela sua controladora Via Varejo. Com a incorporação, não haverá qualquer impacto nas informações contábeis intermediárias consolidadas, no capital social ou nas participações acionárias. Os acervos líquidos de incorporação foram objeto de laudo de avaliação pelo valor contábil na data da incorporação.

A incorporação de NCB pela Via Varejo visa simplificar a estrutura organizacional e societária das companhias, propiciando assim, uma redução dos custos administrativos e operacionais.

(iii) Sendas

A Companhia detém 100% do capital social de Sendas contemplando as operações de varejo, predominantemente no Estado do Rio de Janeiro.

(iv) GPA M&P

O GPA M&P por objetivo gerir e explorar o patrimônio imobiliário da Companhia.

c) Associadas - BINV e FIC

Os investimentos da Companhia em suas associadas FIC e BINV, ambas as instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e Via Varejo, resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco S.A ("Itaú Unibanco") com o GPA e a Via Varejo. Tais investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que o poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC pertence ao Itaú Unibanco.

A demonstração do resultado do período reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e divulga, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados proporcionalmente à participação nas associadas.

A participação nos lucros das associadas está refletida na demonstração do resultado do período como resultado de equivalência patrimonial. As informações contábeis intermediárias das associadas são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia e, quando necessário, efetuados ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

A Companhia tem participação relevante nas decisões operacionais da FIC através do Conselho de Administração desta entidade.

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do período.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação - Continuação

As informações contábeis intermediárias resumidas da FIC são as seguintes:

	Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012
Ativo circulante	3.400.877	3.384.723
Ativo não circulante	42.577	43.171
Ativo total	3.443.454	3.427.894
Passivo circulante	2.727.431	2.768.570
Passivo não circulante	20.583	18.710
Patrimônio líquido	695.440	640.614
Total passivo e patrimônio líquido	3.443.454	3.427.894
	30.09.2013	30.09.2012
<u>Demonstração do resultado:</u>		
Receitas	652.150	667.526
Resultados operacionais	98.780	44.145
Lucro líquido do período	54.827	25.370

Para efeito do cálculo do investimento o patrimônio da investida deve ser deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do banco Itaú Unibanco.

d) Participação em negócio em conjunto - Bartira

A Companhia possui participação indireta em um negócio em conjunto, classificada como uma operação em conjunto ("*joint operation*"), conforme determina o CPC 19R2 ("IFRS11"), denominada Bartira, na qual a participação do GPA, por meio de sua subsidiária Via Varejo, é de 25%, e a família Klein, por meio da Casa Bahia Comercial Ltda. ("Casa Bahia"), possui participação de 75%, os quais formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as decisões relacionadas às atividades relevantes da investida.

O acordo de sócios exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões sobre as atividades relevantes, sobretudo as decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da Bartira.

A Companhia reconhece sua participação na *joint operation*, combinando sua parcela de cada ativo, passivo, receitas e despesas da *joint operation* com itens semelhantes - linha a linha - em suas informações contábeis intermediárias consolidadas. As informações contábeis da *joint operation* são preparadas para o mesmo exercício e sob os mesmos critérios contábeis adotados pela Companhia.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação - Continuação

Demonstramos a seguir, as principais linhas das informações contábeis intermediárias condensadas da Bartira. Vale salientar que a Companhia consolida proporcionalmente 25% de Bartira.

	30.09.2013	31.12.2012
Ativo circulante	128.236	157.196
Ativo não circulante	80.247	73.244
Total do ativo	208.483	230.440
Passivo circulante	96.016	111.500
Passivo não circulante	10.038	16.440
Patrimônio líquido	102.429	102.500
Total do passivo e patrimônio líquido	208.483	230.440
Resultado	30.09.2013	30.09.2012
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	409.008	345.537
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.022	16.196
Lucro líquido do período	-	12.028

4. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das informações contábeis intermediárias na Controladora e no Consolidado são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas na nota explicativa nº 4 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 divulgadas em 19 de fevereiro de 2013 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes

Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

Os seguintes novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos, aplicáveis à Companhia, foram emitidos pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1 de janeiro de 2013.

- IFRS 10 / CPC 36 (R3): Demonstrações financeiras consolidadas - A IFRS 10 substituiu o SIC 12 e a IAS 27 e inclui uma nova definição de controle que se aplica às demonstrações financeiras quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A Companhia avaliou se a conclusão sobre a consolidação de suas subsidiárias pelo IFRS 10 é diferente da adotada pela Companhia em 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, conforme IAS 27 e SIC 12. Se a conclusão sobre a consolidação de suas subsidiárias é diferente, o período comparativo imediatamente anterior é ajustado para ser consistente com o tratamento adotado em 30 de setembro de 2013, ao menos que seja impraticável. A Companhia concluiu que a adoção do IFRS 10 não altera a consolidação de suas subsidiárias e, portanto não há impactos nas informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes - Continuação

- IFRS 11 / CPC 19 (R2): Negócios em conjunto – A IFRS 11 substituiu o SIC 13 e IAS 31 e se aplica aos negócios e contratos controlados em conjunto. De acordo com essa norma, negócios e contratos controlados em conjunto com outros acionistas são classificados como negócios em conjunto. O tratamento contábil dependerá da classificação do negócio em conjunto celebrado, podendo ser reconhecido pelo método da equivalência patrimonial (*joint ventures*), ou pela consolidação de seus interesses em ativos, passivos, receitas e despesas contribuídos à operação em conjunto (*joint operation*). A Companhia avaliou se a conclusão sobre o tratamento contábil dado aos negócios em conjunto que participa pelo IFRS 11 é diferente da adotada pela Companhia em 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, conforme IAS 31 e SIC 13. Se a conclusão sobre a consolidação de seus negócios em conjunto é diferente, o período comparativo imediatamente anterior é ajustado para ser consistente com o tratamento adotado em 30 de setembro de 2013, ao menos que seja impraticável. O reconhecimento contábil para as operações em conjunto segundo o IFRS 11 é o mesmo tratamento contábil adotado para as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Não há impactos nas informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 pela adoção do IFRS 11.
- IFRS 12 / CPC 45: Divulgação de participações em outras entidades – IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessas participações. As divulgações incluídas nas informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 estão em conformidade com o IFRS 12.
- IFRS 13 / CPC 46: Mensuração do valor justo – a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). As divulgações incluídas nas informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2013 estão em conformidade com o IFRS 13.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e vigentes que impactam significativamente o resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Normas publicadas ainda não vigentes

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias. Esta lista de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes - Continuação

O IASB emitiu esclarecimentos e alterações para as normas e interpretações de IFRS. A seguir descrevemos as principais emenda:

- IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação (CPC 39) - adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.
- IAS 36 – Impairment de ativos (CPC 01) - adiciona orientações sobre a divulgação de valor recuperáveis de ativos não financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.
- IAS 39 – Impairment de ativos (CPC 01) - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “*hedge accounting*” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. Essa alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.
- IFRIC 21 - Taxas - fornece orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de uma taxa imposta pelo governo, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, e a Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidência dos passivos contingentes no encerramento do período, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As premissas e estimativas significativas para informações contábeis intermediárias referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 foram as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, originalmente apresentadas em 19 de fevereiro de 2013 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa (a)	Controladora		Consolidado	
		30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Caixa e contas bancárias		99.453	230.183	289.519	490.616
<u>Aplicações financeiras:</u>					
Itaú BBA	101,8%	387.652	370.448	427.882	1.430.672
Itaú - Fundo Delta	101,6%	5.012	706.458	180.433	1.831.692
Banco do Brasil	101,2%	199.313	722.665	936.400	1.376.813
Bradesco	100,2%	34	684.409	233.950	1.496.352
Santander	101,9%	147.622	61.744	744.660	62.692
CEF	101,0%	210.899	3.046	715.495	4.104
Votorantim	102,6%	101.468	2.196	422.551	5.850
Safrá	101,6%	58.400	83.873	510.991	337.682
Credit Agricole	102,5%	30.010	-	90.031	-
BNP	101,1%	37.775	-	192.765	-
Outros	(b)	8.639	25.309	35.342	49.778
		1.286.277	2.890.331	4.780.019	7.086.251

(a) As aplicações financeiras em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são substancialmente operações compromissadas, remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, ao ano e resgatáveis em prazos inferiores à 90 dias.

(b) Referem-se a aplicações financeiras automáticas ao final de cada mês.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Administradoras de cartões de crédito (a)	44.124	146.114	201.750	421.384
Tickets de vendas	46.093	124.845	79.285	181.253
Financiamento ao consumidor - CDCI (b)	-	-	2.148.864	2.078.439
Vendas a crédito - cheques pré-datados	1.738	2.537	3.165	4.004
Contas a receber de clientes do negócio atacado	-	-	24.656	30.016
Cartão de crédito próprio - parcelamento sem juros	33.177	22.356	33.172	22.360
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13 a)	87.587	192.430	-	-
Ajuste a valor presente (c)	-	-	(8.186)	(5.488)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (d)	-	(81)	(233.254)	(189.492)
Contas a receber de fornecedores	12.603	4.441	14.938	8.663
Outras contas a receber de clientes	-	-	100.597	94.940
Circulante	225.322	492.642	2.364.987	2.646.079
Financiamento ao consumidor – CDCI (b)	-	-	106.667	117.487
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	-	-	(9.165)	(8.988)
Outras contas a receber	-	-	15.783	-
Não circulante	-	-	113.285	108.499
	225.322	492.642	2.478.272	2.754.578

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber - Continuação

(a) Administradoras de cartões de crédito

Nas subsidiárias Via Varejo e Nova Pontocom, os recebíveis de cartão de crédito são referentes à venda de bens e serviços em até 24 parcelas mensais. A Companhia e suas subsidiárias vendem tais recebíveis para bancos ou administradoras de cartões de crédito sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada para obtenção de capital de giro.

Tendo em vista a reestruturação dos fundos de recebíveis utilizados anteriormente para cessão de crédito das contas a receber com cartões de crédito, descritas na nota explicativa nº 10, no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013, a Companhia e suas subsidiárias venderam seus recebíveis de operadoras de cartão de crédito no valor de R\$21.067.913, diretamente a operadoras ou bancos, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada.

(b) Financiamento ao consumidor - CDCI - Via Varejo

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI) que podem ser parcelados em até 24 meses, entretanto, são substancialmente inferiores a 12 meses.

A Via Varejo mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (vide nota explicativa nº 19).

(c) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela subsidiária Via Varejo, nas operações da bandeira "Casas Bahia" considera avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 essas taxas eram, em média, de 0,75% ao mês (0,72% ao mês em 31 de dezembro de 2012).

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
No início do período	(81)	-	(198.480)	(217.968)
Provisão registrada no período	(41)	(81)	(351.542)	(324.462)
Baixas de contas a receber	122	-	307.603	343.950
No fim do período	-	(81)	(242.419)	(198.480)
Circulante	-	(81)	(233.254)	(189.492)
Não circulante	-	-	(9.165)	(8.988)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber - Continuação

Abaixo apresentamos a composição do saldo de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
30.09.2013	2.720.691	2.468.699	124.190	48.881	31.361	47.560
31.12.2012	2.953.058	2.775.925	91.796	32.820	21.823	30.694

9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Contas a receber referente à venda de ativo imobilizado	12.707	11.345	55.610	78.821
Verba cooperada com fornecedores	-	-	12.115	51.939
Adiantamento a fornecedores	13.115	7.839	26.103	10.396
Valores a ressarcir	10.892	12.274	84.731	93.100
Contas a receber por serviços prestados	-	-	4.223	5.127
Aluguéis a receber	10.248	13.110	14.885	17.630
Adiantamentos e empréstimos a funcionários	-	-	43.776	10.004
Contas a receber - Paes Mendonça (a)	-	-	504.895	484.008
Outras	777	2.313	41.697	26.849
	47.739	46.881	788.035	777.874
Circulante	24.185	21.141	212.672	221.477
Não circulante	23.554	25.740	575.363	556.397

(a) Contas a receber - Paes Mendonça.

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são corrigidas monetariamente (Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M) e garantidas por direitos de locação comercial ("Fundo de Comércio") de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, Novasoc, Sendas e pela Xantocarpa. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento, os quais vencem em 2014.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fundos de securitização de recebíveis

Devido a mudanças na política de desconto de recebíveis, foram negociadas mudanças nos fundos de recebíveis anteriormente existentes, como segue:

- a) PAFIDC: Alteração no regulamento do PAFIDC aprovada na Assembleia Geral de Quotistas de 21 de dezembro de 2012, na qual a Companhia deixou de possuir qualquer participação ou obrigação com o Fundo. O Fundo teve sua razão social alterada, passando a se denominar Multicredit FIDC e deixou de deter, exclusivamente, recebíveis de GPA.

Desta forma, como GPA não tem mais qualquer participação no atual Multicredit FIDC e nenhuma obrigação de absorver qualquer um dos riscos esperados dos ativos do fundo, o Fundo deixou de ser consolidado em 26 de dezembro de 2012.

- b) Globex FIDC: As operações de desconto de recebíveis com cartão de crédito através do Globex FIDC foram encerradas em 14 de dezembro de 2012, em comum acordo com os quotistas Sênior.

Desta forma, as quotas seniores foram pagas aos quotistas pelo Fundo e em 31 de dezembro de 2012, remanesceu no Fundo saldo de caixa e obrigações em contrapartida a quotas subordinadas que foram integralmente resgatadas, concluindo assim o processo de liquidação do Fundo, durante o primeiro trimestre de 2013.

Com esta reestruturação a Companhia e a Via Varejo passaram a realizar a operação de desconto dos recebíveis, conforme descrito na nota explicativa nº 8.a).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Lojas	1.306.762	1.288.127	3.827.324	2.890.345
Centrais de distribuição	811.100	892.962	2.559.206	3.037.565
Estoques em construção (d)	-	-	172.280	172.280
Bonificações nos estoques (a)	(42.967)	(40.251)	(91.189)	(99.453)
Provisão para obsolescência/perdas e quebras (b)	(4.585)	(8.141)	(43.071)	(53.126)
Ajuste a valor presente (c)	-	-	(555)	(15.683)
	2.070.310	2.132.697	6.423.995	5.931.928
Circulante	2.070.310	2.132.697	6.251.715	5.759.648
Não circulante	-	-	172.280	172.280

(a) Bonificações nos estoques

A Companhia apropria ao resultado do período as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem à bonificação se realiza.

(b) Provisão para obsolescência/perdas e quebras

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
No início do período	(8.141)	(6.780)	(53.126)	(75.809)
Adições	(2.991)	(5.132)	(34.390)	(59.311)
Baixas	6.547	3.771	44.445	81.994
No fim do período	(4.585)	(8.141)	(43.071)	(53.126)

(c) Ajuste a valor presente - Nova Pontocom

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores da subsidiária Nova Pontocom. Para a Companhia e demais subsidiárias, a Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

(d) Estoques em construção

O valor dos estoques de unidades imobiliárias em construção se refere ao valor justo da permuta de terreno por unidades imobiliárias.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
<u>Imposto sobre vendas</u>	15.324	63.389	401.519	297.422
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (a)	15.324	41.637	325.151	262.681
Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS/COFINS a recuperar	-	21.752	76.368	34.741
<u>Imposto de renda</u>	57.183	40.270	116.868	115.635
Aplicação financeira	47.087	36.381	76.123	70.157
Outros	10.096	3.889	40.745	45.478
<u>Outros</u>	149.831	90.055	457.655	457.964
ICMS a recuperar sobre imobilizado (a)	831	-	12.277	23.175
ICMS substituição tributária (a)	149.093	88.261	410.690	400.816
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	30.681	29.338
Outros	-	1.794	4.208	4.753
Ajuste a valor presente – ICMS (a)	(93)	-	(201)	(118)
Circulante	222.338	193.714	976.042	871.021
<u>Imposto sobre vendas</u>	185.424	150.333	1.136.882	1.144.790
ICMS a recuperar (a)	185.424	150.333	988.465	994.077
PIS/COFINS a recuperar	-	-	148.417	150.713
<u>Outros</u>	74.084	67.318	107.464	86.852
ICMS a recuperar sobre imobilizado (a)	2.492	-	22.098	6.679
Ajuste a valor presente - ICMS(a)	(278)	-	(1.090)	(680)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	71.870	67.318	86.456	80.853
Não circulante	259.508	217.651	1.244.346	1.231.642
	481.846	411.365	2.220.388	2.102.663

(a) A realização do ICMS nos próximos cinco anos ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até um ano	165.155	747.917
2014	54.415	257.507
2015	65.674	414.807
2016	52.539	250.611
2017	15.010	86.548
	352.793	1.757.390

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos a recuperar - Continuação

A Administração tem expectativa de realizar esses créditos em suas operações normais, com base no estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ICMS, considerando a expectativa futura de compensação de débitos oriundos das operações, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi preparado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

13. Partes relacionadas

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
<u>Cientes</u>				
<u>Controladas:</u>				
Novasoc Comercial	33.884	41.395	-	-
Sé Supermercados	5.485	91.009	-	-
Sendas Distribuidora	44.447	55.121	-	-
Barcelona	2.606	1.865	-	-
Via Varejo	448	1.858	-	-
Nova Pontocom (xii)	716	1.182	-	-
Xantocarpa	1	-	-	-
	87.587	192.430	-	-
<u>Fornecedores</u>				
<u>Controladas:</u>				
Novasoc Comercial	14.824	14.627	-	-
Sé Supermercados	499	4.526	-	-
Sendas Distribuidora	23.221	12.883	-	-
Barcelona	1.976	2.809	-	-
Xantocarpa	386	590	-	-
Via Varejo	951	1.936	-	-
Nova Pontocom (xii)	605	1.127	-	-
<u>Coligadas:</u>				
FIC	9.691	10.905	11.481	13.673
Dunnhumby (xxi)	99	20	99	20
<u>Negócios em conjunto:</u>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	20.996	62.487
<u>Outras partes relacionadas:</u>				
Grupo Diniz (iii)	1.706	1.726	1.811	1.858
Globalbev Bebidas e Alimentos	101	2.418	226	3.949
Globalfruit	44	759	44	759
BMS Import	-	1.200	-	1.976
Bravo Café	225	212	224	213
Fazenda da Toca Ltda. (xiv)	185	548	204	560
Sykué Geração Energia	-	127	-	341
Indigo Distribuidora	120	373	120	381
	54.633	56.786	35.205	86.217

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas - Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações - Continuação

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
<u>Vendas</u>				
<u>Controladas:</u>				
Novasoc Comercial (ix)	262.685	254.890	-	-
Sé Supermercados (ix)	40.112	604.735	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	263.695	259.749	-	-
Barcelona (ix)	259	1.591	-	-
Via Varejo S.A. (xi)	384	-	-	-
Nova Pontocom (xii)	287	-	-	-
Nova Casa Bahia	-	15	-	-
Outros	29	-	-	-
	567.451	1.120.980	-	-
<u>Compras</u>				
<u>Controladas:</u>				
Novasoc Comercial (ix)	4.146	5.679	-	-
Sé Supermercados (ix)	247	7.191	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	166.198	36.449	-	-
Nova Pontocom (xii)	-	19	-	-
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A.	1.992	1.340	-	-
<u>Negócios em conjunto:</u>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	397.095	331.708
<u>Outras partes relacionadas:</u>				
Globalbev Bebidas e Alimentos	7.022	10.435	8.452	12.400
Globalfruit	4.171	1.852	4.298	1.852
Bravo Café	1.224	1.218	1.224	1.226
Sykué Geração de Energia (vii)	10.273	12.920	21.249	19.327
Fazenda da Toca Ltda. (xiv)	4.536	4.212	5.617	4.769
BMS Import.	-	1.369	-	1.369
Indigo Distribuidora	3.171	674	4.152	797
	202.980	83.358	442.087	373.448

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas - Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações - Continuação

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Ativo				
<i>Controlador:</i>				
Casino (i)	-	6.258	-	6.258
<i>Controladas:</i>				
Novasoc (ix)	77.349	56.046	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	150.069	1.262.060	-	-
Xantocarpa	21.899	21.069	-	-
Nova Pontocom (xii)	250.847	24.557	-	-
GPA M&P	24.701	20.501	-	-
Vancouver (xviii)	27.613	83.848	-	-
Via Varejo	-	806	-	-
Posto Duque - Salim Maluf (ix)	798	453	-	-
Posto GPA - Santo André (ix)	406	170	-	-
Posto Duque - Loja Conveniência (ix)	39	109	-	-
Posto GPA - Império (ix)	1.169	477	-	-
Posto Duque - Lapa (ix)	539	343	-	-
Posto GPA - Ciara (ix)	681	340	-	-
Vedra	20	20	-	-
Outros	351	8	-	-
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	142.916	103.236
Administradores da Nova Pontocom (vi)	40.731	37.082	40.731	37.082
Audax SP (x)	9.681	22.335	9.681	22.335
Audax Rio (x)	3	3	5.090	6.957
Rede Duque (xx)	-	-	158	472
Outros	1.591	2.082	1.583	2.080
	608.487	1.538.567	200.159	178.420
Passivo				
<i>Controladores:</i>				
Casino (i)	143	-	-	-
<i>Controladas:</i>				
Sé Supermercados (ix)	1.341.238	1.246.051	-	-
Barcelona (ix)	355.924	621.580	-	-
Via Varejo (xi)	363.863	332.609	-	-
Bellamar	16.866	14.283	-	-
P.A. Publicidade	18.420	11.775	-	-
<i>Coligadas:</i>				
FIC (iv)	5.689	4.033	1.145	1.742
<i>Negócios em conjunto:</i>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	20.904	62.439
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Fundo Península (ii)	12.489	15.756	12.821	16.218
	2.114.632	2.246.087	34.870	80.399

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas - Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações – Continuação

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
<u>Receitas (Despesas)</u>				
<i>Controladoras:</i>				
Casino (i)	(3.935)	(4.361)	(3.935)	(4.361)
Wilkes Participações (xvii)	(2.124)	(2.803)	(2.124)	(2.803)
<i>Controladas:</i>				
Novasoc (ix)	6.728	6.309	-	-
Sé Supermercados (ix)	1.762	16.170	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	38.368	22.984	-	-
<i>Coligadas:</i>				
FIC (iv)	13.107	6.367	13.109	5.574
Dunnhumby (xxi)	(885)	(543)	(885)	(543)
<i>Negócios em conjunto:</i>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	-	(139)
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Fundo Península (ii)	(112.377)	(107.889)	(117.887)	(113.806)
Grupo Diniz(iii)	(14.878)	(14.005)	(15.825)	(14.005)
Sykué Consultoria em Energia Ltda. (viii)	(464)	(461)	(1.018)	(1.101)
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	(158.878)	(108.626)
Administradores da Nova Pontocom (vi)	2.148	2.255	2.148	2.255
Axialent Consultoria (xix)	(4)	(2.030)	(4)	(2.030)
Habile Segurança e Vigilância Ltda. (xvi)	-	-	(7.031)	(24.958)
Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio (xxii)	(516)	(6.300)	(516)	(6.300)
Audax SP (x)	(10.328)	(16.886)	(10.329)	(16.873)
Audax Rio (x)	(2.268)	(1.356)	(7.200)	(10.855)
Instituto Grupo Pão de Açúcar	(5.343)	(5.572)	(5.339)	(5.610)
	(91.009)	(108.121)	(315.714)	(304.181)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas - Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações - Continuação

As operações com partes relacionadas são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

- (i) *Casino*: Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e o Casino em 21 de julho de 2005, pelo pagamento anual de US\$2.727 mil, permite a transferência de “know-how” no âmbito administrativo e financeiro. O contrato é válido por sete anos, com renovação automática por prazo indeterminado. A partir do sétimo ano de vigência, o valor do pagamento anual passará a ser de US\$1.818 mil. Esse contrato foi aprovado na AGE ocorrida em 16 de agosto de 2005.
- (ii) *Fundo Península*: 60 contratos de locação de imóveis com a Companhia, 1 imóvel com a Novasoc e 1 imóvel com a Barcelona.
- (iii) *Grupo Diniz*: locação de 15 imóveis para a Companhia e 2 imóveis para Sendas.
- (iv) *FIC*: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infraestrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados “desconto financeiro”); (iii) receitas de aluguel de imóveis; e (iv) convênio de rateio de custos.
- (v) *Casa Bahia Comercial Ltda.*: a Via Varejo possui contas a receber referente ao “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Via Varejo, GPA e CB, que garante à Via Varejo o direito de reembolso, pela CB, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas pela Via Varejo a partir de 30 de junho de 2010 (vide xi).

Adicionalmente, além da Via Varejo e seu negócio em conjunto – Bartira, a CB têm contratos de aluguéis de 312 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da CB.
- (vi) *Administradores da Nova Pontocom*: em novembro de 2010, no contexto da reestruturação dos negócios de comércio eletrônico do GPA, a Companhia concedeu a determinados administradores estatutários da Nova Pontocom, um mútuo no valor de R\$10.000 bem como celebrou contrato de permuta com torna no valor de R\$20.000, ambos com vencimentos em 8 de janeiro de 2018 e devidamente reajustados.
- (vii) *Sykué Geração de Energia*: aquisição de Energia Elétrica no Mercado Livre para abastecimento de diversas unidades consumidoras da Companhia.
- (viii) *Sykué Consultoria em Energia Ltda.*: prestação de serviços de planejamento energético para suprimento de energia elétrica, com projeção do consumo de energia para cada unidade consumidora, durante 102 meses (estudo de viabilidade econômica dos custos da manutenção das lojas no mercado cativo ou no mercado livre) e assessoria regulatória junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, CCEE e ONS.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas - Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações - Continuação

- (ix) *Novasoc, Sé Supermercados, Sendas Distribuidora, Barcelona, Posto Duque Salim Maluf, Posto GPA Santo André, Posto GPA Império, Posto Duque Lapa, Posto GPA Ciara e Duque Conveniências*: compreendem os valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como tesouraria, contabilidade, jurídico e outros, bem como contratos de operação mercantil, comissão mercantil e mútuos.
- (x) *Audax*: valores de mútuo aos clubes de futebol Audax SP e Audax Rio, além do suporte financeiro na formação de atletas profissionais. GPA e terceiros assinaram no dia 14 de setembro de 2013 um acordo vinculante para que MT se torne mantenedor e gestor do AUDAX SP e do AUDAX RIO. O acordo prevê algumas condições precedentes para formalização dos contratos definitivos até o fim de 2013.
- (xi) *Via Varejo*: a entidade possui um contas a pagar referente “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Via Varejo e Casa Bahia, que garante o direito de indenização de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidas a partir de 30 de junho de 2010 (vide v), bem como contrato de comissão mercantil.
- (xii) *Nova Pontocom*: valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como tesouraria, contabilidade, jurídico e outros e de mútuos remunerados a 105% do CDI.
- (xiii) *Indústria de Móveis Bartira Ltda.*: valores decorrentes de despesas com infraestrutura e compra e venda de mercadorias.
- (xiv) *Fazenda da Toca Ltda.*: Contrato de Fornecimento de ovos orgânicos, laranja convencional, sucos orgânicos e etc.
- (xv) *Duque Comércio e Participações Ltda. e Posto de Serviços 35 Ltda.*: contrato de Opção de Compra e Venda de Quotas (Posto Vereda Tropical, Rebouças e Barueri), vide nota explicativa nº15.(ii).
- (xvi) *Habile Segurança e Vigilância Ltda.*: serviços de segurança contratados pela Via Varejo.
- (xvii) *Wilkes*: comissões pagas referentes aos contratos de empréstimos da Companhia em que a Wilkes é fiadora.
- (xviii) *Vancouver*: valores transferidos pela controladora para futuro aumento de capital.
- (xix) *Axialent Consultoria*: contrato de prestação de serviços de consultoria em recursos humanos.
- (xx) *Rede Duque*: representa contrato de mútuo entre Vancouver e os postos de combustíveis Vereda Tropical, Rebouças e Barueri.
- (xxi) *Dunnhumby*: Contrato de Prestação de Serviços de Gestão das Informações.
- (xxii) *Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio*: contrato de cessão temporária de equipamentos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas - Continuação

b) Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) e Conselho Fiscal, que foram registradas na demonstração do resultado consolidado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e 2012, foram as seguintes:

Em relação à remuneração total em 30 de setembro de 2013				
	Salário base	Remuneração variável	Plano de opção de compra de ações	Total
Conselho de administração (*)	5.345	-	-	5.345
Diretoria	9.772	14.868	9.126	33.766
Conselho fiscal	378	-	-	378
	15.495	14.868	9.126	39.489

	Em relação à remuneração total em 30 de setembro de 2012				
	Salário base	Remuneração variável	Plano de opção de compra de ações	Plano de pensão	Total
Conselho de administração (*)	6.575	-	-	-	6.575
Diretoria	18.498	23.473	12.362	89	54.422
Conselho fiscal	734	-	-	-	734
	25.807	23.473	12.362	89	61.731

(*) Remuneração de acordo com o número de participações em reuniões.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	Controladora											
	Sé	Sendas	Novasoc	Via Varejo (*)	Nova Pontocom	NCB (*)	Barcelona	Bellamar	GPA M&P	API SPE	Outros	Total
Saldos em 31.12.2012	2.777.804	357.222	92.117	1.548.595	31.985	820.657	698.954	199.538	154.755	16.200	38.700	6.736.527
Adições	-	1.100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	58.750	1.158.750
Equivalência patrimonial	4.003	56.565	1.703	204.548	(11.757)	(39.915)	40.152	19.887	(213)	(18)	10.902	285.857
Dividendos a receber	-	-	-	(108.971)	-	-	(21.879)	-	-	-	-	(130.850)
Ganho (perda) participação acionária	-	-	(1.200)	318	138	-	-	-	-	-	-	(744)
Saldos em 30.09.2013	2.781.807	1.513.787	92.620	1.644.490	20.366	780.742	717.227	219.425	154.542	16.182	108.352	8.049.540

(*) No caso da NCB, o valor de investimento refere-se aos efeitos das mensurações a valor justo da combinação de negócios. Para a Via Varejo, os efeitos a valor justo foram considerados em conjunto ao investimento contábil detido nesta subsidiária.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos - Continuação

a) Composição dos investimentos - Continuação

	Consolidado				
	FIC	BINV	Bartira (i)	Outros	Total
Saldos em 31.12.2012	256.350	18.744	86.872	463	362.429
Equivalência patrimonial	27.861	489	-	-	28.350
Dividendos a receber	(1.028)	(200)	-	-	(1.228)
Saldos em 30.09.2013	283.183	19.033	86.872	463	389.551

(i) Mais-valia de investimento mantido na Bartira

Refere-se à mensuração do valor justo do investimento atualmente detido pela Via Varejo de 25% do capital social da Bartira. Sua mensuração foi realizada pelo método de “*Income Approach*”, considerando o valor presente dos benefícios futuros gerados direta ou indiretamente avaliado e quantificado na forma de fluxo de caixa. O ativo foi reconhecido por ocasião da combinação de negócios entre CB e a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012, esse ativo foi submetido a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

15. Combinação de negócios

Aquisição da Rede Duque

Contexto da operação

Em 2009, a Companhia assinou Contrato de Terceirização de Gestão (“Contrato de Gestão”) com Rede Duque, por um prazo de 20 anos, em que a Companhia exerceria a gestão operacional e financeira de 39 postos de combustíveis da rede, por meio de sua subsidiária Vancouver em troca de remuneração sobre o resultado destes postos.

Em 28 de maio de 2012, o Contrato de Gestão foi rescindido e, como parte deste acordo de rescisão, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, a Vancouver adquiriu a totalidade das ações de cinco postos (“Postos Adquiridos”) e se associou a Rede Duque em outros três postos por meio da aquisição de ações representando 95% de seu capital social (“Postos da Associação”), com posterior opção de compra a ser exercida por Rede Duque (“Contrato de Opção de Compra e de Venda de Quotas”).

(i) Aquisição dos 5 Postos

Por meio do Contrato de Compra e Venda de Quotas, a Companhia adquiriu a totalidade das ações de seis empresas que eram parte de Rede Duque, e exploravam cinco postos de combustíveis (uma das empresas explora a atividade de loja de conveniência em um dos postos adquiridos), com receita líquida desde a aquisição de R\$25.686, e prejuízo de R\$1.299.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios - Continuação

Aquisição da Rede Duque - Continuação

Determinação da contraprestação transferida pela aquisição dos cinco postos de Rede Duque

Nos termos do Contrato de Gestão, a Companhia e Vancouver haviam adiantado, a título de utilização das marcas do GPA nos postos e de exclusividade na gestão dos postos, o montante de R\$30.000, cuja liberação estava condicionada a certos eventos. Este montante foi utilizado como parte no pagamento de aquisição dos Postos Adquiridos, acrescido de pagamento adicional de R\$10.000, totalizando preço de aquisição de R\$40.000.

Identificação provisória dos valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos

A Companhia efetuou a identificação provisória dos valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de Rede Duque, na data da combinação de negócios, sendo que o acervo líquido das entidades adquiridas monta a R\$3.129. O ágio está alocado no segmento varejo.

Ágio apurado na aquisição

A Companhia completou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, a alocação do preço de compra e a mensuração do ágio, sendo contabilizado de forma definitiva pela Companhia.

Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle dos Postos Adquiridos; e (ii) mensuração dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou um ágio no montante de R\$38.702.

(ii) Associação dos 3 postos

Por meio do Contrato de Assunção de Dívida, celebrado na mesma data entre a Companhia, Vancouver e Rede Duque, a Vancouver assumiu dívidas bancárias de Rede Duque no montante de R\$50.000. Na mesma data, as partes celebraram o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, pelo qual a Vancouver adquiriu aproximadamente 95% das ações dos Postos da Associação, que operavam três postos de combustíveis com receita líquida aproximada de R\$3.500, mediante a cessão de parte dos créditos de Vancouver contra a Rede Duque, adquiridos em decorrência da assunção de dívida ora referida. A gestão dos postos adquiridos permanecerá com Rede Duque, e a Companhia terá vetos de proteção.

Ainda por meio do acordo, foi celebrado o Contrato de Opção de Compra e de Venda de Quotas, pelo qual a Vancouver outorgou à Rede Duque uma opção de compra de suas quotas representativas do capital social dos Postos da Associação, exercível em um ano, pelo montante de R\$50.000 atualizados desde a assinatura por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. A Companhia possui ainda uma opção de venda, que pode demandar que Rede Duque compre as ações de sua propriedade nos mesmos termos acima, caso a opção de compra não seja exercida.

Caso as opções de compra e venda expirem, a Vancouver poderá adquirir as quotas representativas do capital social dos Postos da Associação de propriedade da Rede Duque por R\$1 (um Real) somado aos dividendos do período de um ano de associação.

O montante de R\$55.540 está contabilizado como um instrumento financeiro pelo montante de sua realização, que é o valor justo da participação dos postos da associação, vide nota explicativa nº20f).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

a) Controladora

	Saldo em: 31.12.2012	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em: 30.09.2013
Terrenos	1.157.286	59.953	-	(4.912)	(26.766)	1.185.561
Edifícios	1.965.952	10.482	(46.692)	(368)	11.617	1.940.991
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.389.317	17.778	(76.285)	(505)	160.884	1.491.189
Máquinas e equipamentos	685.486	147.634	(92.330)	(13.018)	4.161	731.933
Instalações	137.335	11.061	(10.630)	(70)	9.879	147.575
Móveis e utensílios	261.766	47.164	(27.693)	(1.816)	191	279.612
Veículos	20.045	4.997	(3.524)	(5.988)	-	15.530
Imobilizado em andamento	110.317	142.782	-	(88)	(155.537)	97.474
Outros	38.257	11.662	(8.350)	(74)	(7.128)	34.367
	5.765.761	453.513	(265.504)	(26.839)	(2.699)	5.924.232
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	30.330	-	(9.019)	(7.110)	-	14.201
Edifícios	20.663	-	(802)	-	-	19.861
	50.993	-	(9.821)	(7.110)	-	34.062
Total	5.816.754	453.513	(275.325)	(33.949)	(2.699)	5.958.294

	Saldo em 30.09.2013			Saldo em 31.12.2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.185.561	-	1.185.561	1.157.286	-	1.157.286
Edifícios	2.767.507	(826.516)	1.940.991	2.748.229	(782.277)	1.965.952
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.600.270	(1.109.081)	1.491.189	2.419.833	(1.030.516)	1.389.317
Máquinas e equipamentos	1.639.387	(907.454)	731.933	1.541.610	(856.124)	685.486
Instalações	352.426	(204.851)	147.575	333.717	(196.382)	137.335
Móveis e utensílios	646.401	(366.789)	279.612	610.406	(348.640)	261.766
Veículos	24.893	(9.363)	15.530	30.208	(10.163)	20.045
Imobilizado em andamento	97.474	-	97.474	110.317	-	110.317
Outros	86.632	(52.265)	34.367	82.187	(43.930)	38.257
	9.400.551	(3.476.319)	5.924.232	9.033.793	(3.268.032)	5.765.761
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	31.687	(17.486)	14.201	58.703	(28.373)	30.330
Edifícios	34.447	(14.586)	19.861	34.447	(13.784)	20.663
	66.134	(32.072)	34.062	93.150	(42.157)	50.993
Total	9.466.685	(3.508.391)	5.958.294	9.126.943	(3.310.189)	5.816.754

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado - Continuação

b) Consolidado

	Saldo em: 31.12.2012	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em: 30.09.2013
Terrenos	1.264.764	160.884	-	(4.912)	(26.907)	1.393.829
Edifícios	2.056.430	13.458	(49.836)	(167)	8.340	2.028.225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.243.860	252.766	(126.322)	(2.418)	268.654	2.636.540
Máquinas e equipamentos	1.107.678	256.325	(171.972)	(34.821)	99.855	1.257.065
Instalações	285.334	31.835	(22.987)	(7)	10.125	304.300
Móveis e utensílios	494.371	92.050	(47.428)	(2.123)	(46.253)	490.617
Veículos	229.790	10.268	(15.270)	(31.465)	(13.878)	179.445
Imobilizado em andamento	204.631	300.331	-	(197)	(321.458)	183.307
Outros	79.528	23.150	(16.432)	(79)	(6.627)	79.540
	7.966.386	1.141.067	(450.247)	(76.189)	(28.149)	8.552.868
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos	23.220	-	(2.174)	-	(559)	20.487
Hardware	79.256	-	(22.998)	(7.112)	1.469	50.615
Instalações	1.045	-	(72)	-	(35)	938
Móveis e utensílios	8.736	-	(777)	(3)	59	8.015
Veículos	10.255	-	-	(6.348)	(1.627)	2.280
Edifícios	25.600	-	(1.092)	-	-	24.508
	148.112	-	(27.113)	(13.463)	(693)	106.843
Total	8.114.498	1.141.067	(477.360)	(89.652)	(28.842)	8.659.711

O saldo da coluna de transferência está impactado principalmente por: (i) pela aquisição de ativos intangíveis que permanecem em andamento até sua capitalização e (ii) transferência de imobilizado no montante de R\$26.359, relativo aos ativos das lojas que deverão ser alienadas, conforme nota explicativas 1f).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado - Continuação

b) Consolidado - Continuação

	Saldo em 30.09.2013			Saldo em 31.12.2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.393.829	-	1.393.829	1.264.764	-	1.264.764
Edifícios	2.917.034	(888.809)	2.028.225	2.906.108	(849.678)	2.056.430
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.199.893	(1.563.353)	2.636.540	3.698.557	(1.454.697)	2.243.860
Máquinas e equipamentos	2.547.689	(1.290.624)	1.257.065	2.243.454	(1.135.776)	1.107.678
Instalações	602.977	(298.677)	304.300	567.033	(281.699)	285.334
Móveis e utensílios	983.139	(492.522)	490.617	981.198	(486.827)	494.371
Veículos	246.468	(67.023)	179.445	300.629	(70.839)	229.790
Imobilizado em andamento	183.307	-	183.307	204.631	-	204.631
Outros	167.800	(88.260)	79.540	152.264	(72.736)	79.528
	13.242.136	(4.689.268)	8.552.868	12.318.638	(4.352.252)	7.966.386
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos	36.502	(16.015)	20.487	37.051	(13.831)	23.220
Hardware	185.690	(135.075)	50.615	152.194	(72.938)	79.256
Instalações	1.858	(920)	938	1.859	(814)	1.045
Móveis e utensílios	15.159	(7.144)	8.015	14.897	(6.161)	8.736
Veículos	3.540	(1.260)	2.280	12.800	(2.545)	10.255
Edifícios	43.403	(18.895)	24.508	43.401	(17.801)	25.600
	286.152	(179.309)	106.843	262.202	(114.090)	148.112
Total	13.528.288	(4.868.577)	8.659.711	12.580.840	(4.466.342)	8.114.498

c) Garantias

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado, dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa nº 24.(h).

d) Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 foi de R\$17.285 (R\$12.749 em 30 de setembro de 2012). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 105% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado - Continuação

e) Adições ao ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Adições (i)	453.513	617.044	1.141.067	953.444
Arrendamentos financeiros (ii)	-	-	-	(3.177)
Juros capitalizados	(12.028)	(11.855)	(17.285)	(12.749)
ICMS CIAP	-	(76.139)	-	(99.772)
Financiamento de imóveis – Adições (ii)	(66.251)	-	(121.945)	-
Financiamento de imóveis - Pagamentos (ii)	115.939	-	156.134	-
Total	491.173	529.050	1.157.971	837.746

(i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se a compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

(ii) Nas demonstrações dos fluxos de caixa foram subtraídas adições de imobilizado realizadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, no montante de R\$37.660 (R\$87.994 em 30 de setembro de 2012) na controladora e R\$16.904 (R\$115.698 em setembro de 2012) no consolidado, referente a aquisições de imobilizado realizadas por intermédio de arrendamentos mercantis financeiros e financiamento de imóveis, por não envolver, na data de aquisição, desembolso de caixa.

f) Outras informações

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$27.437 (R\$25.013 em 30 de setembro de 2012) na controladora e de R\$57.172 (R\$61.938 em 30 de setembro de 2012) no consolidado, referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários e edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

A Companhia não identificou indícios sobre os itens de seu ativo imobilizado que requeressem uma provisão para não recuperação do valor contábil em 30 de setembro de 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis

a) Controladora

	Saldo em: 31.12.2012	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em: 30.09.2013
Ágio – eletro	183.781	-	-	-	(8.854)	174.927
Ágio – varejo	355.412	-	-	-	-	355.412
Fundo de Comércio - varejo (e)	34.902	6.610	-	-	-	41.512
Softwares e implantação (h)	534.021	78.629	(57.731)	(7)	(5)	554.907
	1.108.116	85.239	(57.731)	(7)	(8.859)	1.126.758

	Saldo em 30.09.2013			Saldo em 31.12.2012		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio – eletro	174.927	-	174.927	183.781	-	183.781
Ágio - varejo	1.073.990	(718.578)	355.412	1.073.990	(718.578)	355.412
Fundo de Comércio - varejo (e)	41.512	-	41.512	34.902	-	34.902
Softwares e implantação (h)	902.031	(347.124)	554.907	823.449	(289.428)	534.021
	2.192.460	(1.065.702)	1.126.758	2.116.122	(1.008.006)	1.108.116

b) Consolidado

	Saldo em: 31.12.2012	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em: 30.09.2013
Ágio - atacado de autosserviços	361.567	-	-	-	-	361.567
Ágio – eletro	296.607	-	-	-	(8.853)	287.754
Ágio – varejo	746.965	-	-	-	-	746.965
Marcas - atacado de autosserviços (d)	38.639	-	-	-	-	38.639
Marcas - eletro (d)	2.015.259	-	-	-	-	2.015.259
Fundo de Comércio - eletro (e)	608.297	-	(5.799)	-	(16.843)	585.655
Fundo de Comércio - varejo (e)	34.902	6.609	-	-	-	41.511
Fundo de Comércio - atacado de autosserviços (e)	10.000	18.842	-	-	-	28.842
Relacionamento de clientes – eletro (i)	12.280	-	(4.712)	-	-	7.568
Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira (f)	61.194	-	(55.302)	-	-	5.892
Contrato de aluguel vantajoso - NCB (g)	149.138	-	(35.041)	-	-	114.097
Software(h)	640.708	131.113	(69.961)	(8)	(49)	701.803
Total intangível	4.975.556	156.564	(170.815)	(8)	(25.745)	4.935.552

O saldo da coluna de transferência está impactado pelo montante de R\$25.696, relativo a parcela do ágio e fundo de comércio eletro, respectivamente, sobre as lojas que deverão ser alienadas, conforme nota explicativa nº1f).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis - Continuação

b) Consolidado - Continuação

	Saldo em 30.09.2013			Saldo em 31.12.2012		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - atacado de autosserviços	371.008	(9.441)	361.567	371.008	(9.441)	361.567
Ágio - eletro	287.754	-	287.754	296.607	-	296.607
Ágio - varejo	1.848.402	(1.101.437)	746.965	1.848.402	(1.101.437)	746.965
Marcas - atacado de autosserviços (d)	38.639	-	38.639	38.639	-	38.639
Marcas - eletro (d)	2.015.259	-	2.015.259	2.015.259	-	2.015.259
Fundo de Comércio - eletro (e)	642.344	(56.689)	585.655	663.565	(55.268)	608.297
Fundo de Comércio - varejo (e)	41.511	-	41.511	34.902	-	34.902
Fundo de Comércio - atacado de autosserviços (e)	28.842	-	28.842	10.000	-	10.000
Relacionamento de clientes - eletro (i)	34.267	(26.699)	7.568	34.268	(21.988)	12.280
Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira (f)	221.216	(215.324)	5.892	221.214	(160.020)	61.194
Contrato de aluguel vantajoso - NCB (g)	256.103	(142.006)	114.097	256.104	(106.966)	149.138
Software (h)	1.133.823	(432.020)	701.803	1.003.604	(362.896)	640.708
Total intangível	6.919.168	(1.983.616)	4.935.552	6.793.572	(1.818.016)	4.975.556

c) Testes de recuperação do ágio e de intangíveis

O ágio e os ativos intangíveis foram submetidos a testes de recuperação em 31 de dezembro de 2012, segundo o método descrito na nota explicativa nº 4 – Principais práticas contábeis, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, divulgadas em 19 de fevereiro de 2013.

Como resultado dos testes de recuperação realizados em 2012 e pelo fato de não haver indícios de não realização em 30 de setembro de 2013, a Companhia não reconheceu perdas. Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia submeterá a novos testes de recuperação todos os ágios e intangíveis reconhecidos até esta data.

d) Marca

A marca do atacado de Autosserviço refere-se a "ASSAI", e as marcas do eletro referem-se a "PONTO FRIO" e "CASAS BAHIA". Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.

O valor foi submetido a teste de recuperação de ativos através da metodologia de *Income approach - Relief from Royalty*, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuros. Dado a vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento de perpetuo de 2,5%. A taxa de royalty utilizada foi 0,9%.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis - Continuação

e) Fundo de Comércio

Os Fundos de Comércio foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. As UGCs foram submetidas ao teste recuperável de ativos através do fluxo de caixa descontado em 31 de dezembro de 2012 e não foram identificados ajustes.

f) Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira

A Via Varejo possui contrato exclusivo de fornecimento com a Bartira. Esse contrato apresenta condições vantajosas na aquisição de móveis para revenda, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi registrado por ocasião da combinação de negócio e foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado, apurada a metodologia *Income Approach*.

A vida útil desse ativo foi definida como três anos, encerrando-se durante o ano de 2013. Esse intangível foi submetido a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

g) Contrato de aluguel vantajoso - NCB

Refere-se aos imóveis da CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objeto de arrendamento mercantil operacional em condições vantajosas realizado pela Via Varejo. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado, aplicada a metodologia *Income Approach*. O ativo foi reconhecido por ocasião da combinação de negócios entre a CB e a Companhia.

A vida útil desse ativo foi definida como dez anos de acordo com o contrato de associação. Esse intangível foi submetido a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

h) Outros intangíveis

O *software* foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperação de ativos.

i) Ativos intangíveis com vida útil definida

Contrato de aluguel de loja e edificações em condição vantajosa (10 anos), contrato vantajoso de fornecimento de móveis em condição vantajosa (3 anos) e relacionamento de clientes (5 a 7 anos).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis - Continuação

b) Adições ao ativo intangível

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Adições	85.239	3.531	156.565	47.405
Demais contas a pagar (i)	(17.000)	-	(17.000)	-
Total	68.239	3.531	139.565	47.405

- (i) Nas demonstrações dos fluxos de caixa foram subtraídas adições de intangível realizadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 o montante de R\$17.000 na controladora e no consolidado, referente à aquisição de *software* realizada por intermédio de financiamento por não envolver, na data de aquisição, desembolso de caixa.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Fornecedores produtos	2.029.954	2.651.364	5.864.258	6.312.899
Fornecedores de serviços	90.054	140.033	284.295	455.420
Acordos comerciais (a)	(305.216)	(434.018)	(469.722)	(562.886)
Fornecedores outros	-	-	13.558	55.601
Ajuste a valor presente	-	-	(10.813)	(20.678)
	1.814.792	2.357.379	5.681.576	6.240.356

(a) Acordos comerciais

Incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento destes recebíveis se dá, contratualmente, pela compensação dos valores a pagar aos fornecedores.

19. Empréstimos e financiamentos

a) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
<u>Circulante</u>				
<u>Debêntures (h)</u>				
Debêntures	1.094.493	554.918	1.110.013	674.003
Contratos de swap (c), (g)	-	(206)	-	(206)
Custo de captação	(5.186)	(4.756)	(5.784)	(5.353)
	1.089.307	549.956	1.104.229	668.444
<u>Empréstimos e financiamentos</u>				
<u>Em moeda local</u>				
BNDES (e)	90.597	90.863	108.458	113.236
IBM	-	-	21.330	5.100
Capital de giro (c)	746.923	154.896	769.198	155.196
Crédito direto ao consumidor por interveniência - CDCI (c) (d)	-	-	2.520.835	2.498.997
Arrendamentos financeiros (nota explicativa nº 25)	31.404	66.863	47.910	83.054
Contratos de swap (c), (g)	(22.831)	(11.210)	(22.831)	(11.210)
Custo de captação	(4.428)	(5.983)	(6.122)	(7.290)
	841.665	295.429	3.438.778	2.837.083
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Capital de giro (c)	225.997	592.470	277.134	723.140
Contratos de swap (c), (g)	(60.887)	(18.874)	(71.574)	(17.387)
Custo de captação	-	(129)	-	(130)
	165.110	573.467	205.560	705.623
Total do circulante	2.096.082	1.418.852	4.748.567	4.211.150

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos - Continuação

a) Composição da dívida - Continuação

<u>Não circulante</u>	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
<u>Debêntures (h)</u>				
Debêntures	2.100.000	2.948.000	2.900.000	3.748.000
Custo de captação	(2.369)	(5.889)	(2.680)	(6.647)
	2.097.631	2.942.111	2.897.320	3.741.353
<u>Empréstimos e financiamentos</u>				
<u>Em moeda local</u>				
BNDES (e)	201.818	269.090	215.015	283.141
IBM	-	-	95.821	-
Capital de giro (c)	922.289	1.435.568	1.292.289	1.806.566
Crédito direto ao consumidor por intervenção - CDCI (c) (d)	-	-	120.107	130.338
Arrendamentos financeiros (nota explicativa nº 25)	129.993	138.066	140.997	162.537
Contratos de swap (c), (g)	(13.211)	(35.221)	(13.211)	(35.221)
Custo de captação	(4.793)	(6.914)	(6.803)	(8.172)
	1.236.096	1.800.589	1.844.215	2.339.189
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Capital de giro (c)	-	211.092	-	258.811
Contratos de swap (c), (g)	-	(50.456)	-	(58.249)
	-	160.636	-	200.562
<u>Total não circulante</u>	3.333.727	4.903.336	4.741.535	6.281.104

b) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

<u>Ano</u>	Controladora	Consolidado
2014	227.834	664.659
2015	2.566.852	3.469.901
2016	115.585	139.599
Após 2016	430.618	476.859
Subtotal	3.340.889	4.751.018
Custo de captação	(7.162)	(9.483)
Total	3.333.727	4.741.535

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos - Continuação

c) Financiamento do capital de giro, *swap* e crédito direto ao consumidor por interveniência – CDCI

Dívida	Taxa*	Controladora		Consolidado	
		30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
<u>Moeda local</u>					
Banco do Brasil	11,82% a.a.	540.718	524.175	540.718	524.175
Banco do Brasil	106,11% do CDI	750.989	710.074	2.442.560	1.997.047
Bradesco	112,00% do CDI	-	-	354.153	887.730
Safra	106,25% a.a.	377.505	356.215	377.506	356.215
Safra	CDI + 0,85% a.a	-	-	987.492	825.930
		1.669.212	1.590.464	4.702.429	4.591.097
Circulante		746.923	154.896	3.290.033	2.654.193
Não circulante		922.289	1.435.568	1.412.396	1.936.904
<u>Moeda estrangeira</u>					
Citibank	(Libor + 1,45%) a.a.	-	-	51.137	48.121
Itaú BBA	USD + 3,47% a.a.	225.997	597.583	225.997	597.583
Santander	USD + 4,49% a.a.	-	1.936	-	132.204
HSBC	USD + 2,40% a.a.	-	204.043	-	204.043
		225.997	803.562	277.134	981.951
Circulante		225.997	592.470	277.134	723.140
Não circulante		-	211.092	-	258.811
<u>Contratos de swap</u>					
Citibank	105,00% do CDI	-	-	(10.687)	(7.145)
Itaú BBA	100,00% do CDI	(60.886)	(34.067)	(60.886)	(34.067)
Banco do Brasil	102,65%do CDI	(36.043)	(46.432)	(36.043)	(46.432)
Santander	110,70% do CDI	-	-	-	839
Unibanco	104,96% do CDI	-	(206)	-	(206)
HSBC	99,00% do CDI	-	(35.262)	-	(35.262)
		(96.929)	(115.967)	(107.616)	(122.273)
Circulante		(83.718)	(30.290)	(94.405)	(28.803)
Não circulante		(13.211)	(85.677)	(13.211)	(93.470)
		1.798.280	2.278.059	4.871.947	5.450.775

(*) Taxa média ponderada ao ano.

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominados em moeda estrangeira ou local.

d) Crédito direto ao consumidor por interveniência - CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, entretanto são substancialmente inferiores a 12 meses. Os encargos financeiros médios cobrados são de 110,1% do CDI (111,40% em 31 de dezembro de 2012). Nesses contratos, a Companhia retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados por instituições financeiras, tendo como garantia os direitos creditórios da Companhia.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos - Continuação

e) BNDES

Encargos financeiros anuais	Número de parcelas mensais	Data de emissão	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
3% a.a.	15	Set/13	Abr/23	-	-	2.699	-
3% a.a.	15	Set/13	Mai/23	-	-	1.088	-
3% a.a.	96	Ago/13	Jul/23	-	-	953	-
TJLP + 2,3%	48	Jun/08	Jun/13	-	-	-	1.376
4,5% a.a.	24	Set/09	Nov/14	-	-	16	26
TJLP + 3,6%	60	Jul/10	Dez/16	266.550	328.120	266.550	328.120
4,5% a.a.	60	Fev/11	Dez/16	25.865	31.833	25.865	31.833
TJLP + 1,9%	30	Mai/11	Jun/14	-	-	8.463	16.930
TJLP + 1,9% a.a. acrescidas de 1% a.a.	30	Mai/11	Jun/14	-	-	3.629	7.258
TJLP + 3,5% a.a. acrescidas de 1% a.a.	30	Mai/11	Jun/14	-	-	3.026	6.052
TJLP + 2,5% a.a.	24	Set/12	Ago/15	-	-	4.869	4.782
2,5% a.a.	96	Jun/13	Jan/23	-	-	6.315	-
				292.415	359.953	323.473	396.377
Circulante				90.597	90.863	108.458	113.236
Não circulante				201.818	269.090	215.015	283.141

Os contratos de linha de créditos em moeda local, com o BNDES, são sujeitos à indexação baseada na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida das taxas de remuneração e do custo de captação, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como mencionado no quadro acima.

A Companhia não pode oferecer nenhum bem como garantia dos empréstimos a outras partes sem autorização prévia do BNDES, e deve cumprir com certos índices financeiros, calculados com base no balanço patrimonial consolidado, como segue: (i) manter um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou maior que 0,30 e (ii) relação *Earnings Before Interest, Taxes Depreciation and Amortization* - EBITDA/dívida líquida igual ou maior que 0,35. A Companhia controla e monitora esses índices.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia estava adimplente com as cláusulas supramencionadas.

f) Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fiança como garantia aos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e IBM no montante de R\$115.000.

g) Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, pelo o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de *swap* com a mesma contraparte, moeda e taxa de juros. Todas essas transações são classificadas como contabilização de *hedge*, conforme divulgado na nota explicativa nº 20. A taxa média ponderada anual do CDI em 2013 era de 7,41% (8,40% em 2012).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos - Continuação

h) Debêntures

		Data					Controladora		Consolidado		
Tipo	Valor de Emissão	Debêntures em circulação	Emissão	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012	
Controladora											
6ª emissão 1ª série - GPA	Sem preferência	540.000	-	01/03/07	01/03/13	CDI + 0,5%	-	-	184.278	-	184.278
6ª emissão 2ª série - GPA	Sem preferência	239.650	-	01/03/07	01/03/13	CDI + 0,5%	-	-	81.782	-	81.782
6ª emissão 1ª e 2ª séries - GPA	Swap de taxa de juros	779.650	-	01/03/07	01/03/13	104,96% do CDI	-	-	(206)	-	(206)
8ª emissão Série única - GPA	Sem preferência	500.000	500	15/12/09	15/12/14	109,5% do CDI	616	307.848	401.042	307.848	401.042
9ª emissão Série única - GPA	Sem preferência	610.000	610	05/01/11	05/01/14	107,7% do CDI	1.301	793.357	748.000	793.357	748.000
10ª emissão Série única - GPA	Sem preferência	800.000	80.000	29/12/11	29/06/15	108,5% do CDI	11	848.615	873.669	848.615	873.669
11ª emissão Série única - GPA	Sem preferência	1.200.000	120.000	02/05/12	02/11/15	CDI + 1%	10	1.244.673	1.214.147	1.244.673	1.214.147
Subsidiárias											
3ª emissão Série única - Via Varejo	Sem preferência	400.000	40.000	17/02/12	30/07/15	CDI + 1%	10	-	-	406.424	413.624
1ª emissão - Série única - Nova Pontocom	Sem preferência	100.104	-	25/04/12	25/04/13	105,35% do CDI	-	-	-	-	105.461
1ª emissão - 1ª série – NCB	Sem preferência	200.000	20.000	29/06/12	29/12/14	CDI + 0,72%	10	-	-	204.548	200.000
1ª emissão - 2ª série – NCB	Sem preferência	200.000	20.000	29/06/12	29/01/15	CDI + 0,72%	10	-	-	204.548	200.000
Custo de captação							(7.555)	(10.645)	(8.464)	(12.000)	
							3.186.938	3.492.067	4.001.549	4.409.797	
Passivo circulante							1.089.307	549.956	1.104.229	668.444	
Passivo não circulante							2.097.631	2.942.111	2.897.320	3.741.353	

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos - Continuação

h) Debêntures - Continuação

(i) Movimentação das debêntures em circulação

	Quantidade de debêntures	Valor
Em 31 de dezembro de 2012	459.075	4.409.797
Juros e swap provisionados	-	250.996
Amortizações	(177.965)	(659.244)
Em 30 de setembro de 2013	281.110	4.001.549

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações e não possuem garantia, exceto para as emissões das subsidiárias, em que a Companhia oferece o aval.

A forma de amortização dessas debêntures varia de acordo com a emissão. As seguintes modalidades de amortização são previstas: (i) pagamento exclusivo no vencimento (incluindo todas as séries da Nova Pontocom e a 9ª emissão da CBD); (ii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração anual (10ª emissão da CBD); (iii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração semestral (11ª emissão da GPA, 3ª emissão da Via Varejo e 1ª emissão da NCB), incorporada por Via Varejo; (iv) parcelas anuais (6ª série da CBD) e pagamentos semestrais a partir do 4º aniversário da emissão; e (v) pagamentos e remuneração semestrais a partir do 3º aniversário da emissão (8ª emissão da CBD).

As emissões 8ª, 9ª, 10ª e 11ª, têm direito a resgate antecipado a qualquer tempo de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão. A 6ª emissão, e a 3ª emissão da Via Varejo só poderão ser resgatadas a partir do 18º mês. As emissões da NCB, incorporadas por Via Varejo e da Nova Pontocom não preveem o resgate antecipado.

O GPA tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas, exceto no caso da Nova Pontocom. Esses índices são calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25 (efetivo em 30 de setembro de 2013 foi de 0,53). Em 30 de setembro de 2013, o GPA estava adimplente em relação à esses índices.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizados para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.286.277	2.890.331	1.286.277	2.890.331
Contas a receber e outras contas a receber	273.061	539.523	273.061	539.523
Partes relacionadas - ativo (*)	608.487	1.538.567	608.487	1.538.567
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas - passivo (*)	(2.114.632)	(2.246.087)	(2.114.632)	(2.246.087)
Fornecedores	(1.814.792)	(2.357.379)	(1.814.792)	(2.357.379)
Debêntures	(3.186.938)	(3.492.067)	(3.185.088)	(3.495.985)
Empréstimos e financiamentos	(1.581.537)	(1.631.170)	(1.665.413)	(1.723.551)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	(661.334)	(1.198.951)	(661.334)	(1.198.951)
<u>Exposição líquida</u>	<u>(7.191.408)</u>	<u>(5.957.233)</u>	<u>(7.273.434)</u>	<u>(6.053.532)</u>
	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	4.780.019	7.086.251	4.780.019	7.086.251
Aplicação financeiras avaliadas a valor justo	23.270	-	23.270	-
Contas a receber e outras contas a receber	3.266.307	3.532.452	3.307.411	3.532.452
Partes relacionadas - ativo (*)	200.159	178.420	200.159	178.420
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Opções de compra/venda	362.279	359.057	362.279	359.057
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas - passivo (*)	(34.870)	(80.399)	(34.870)	(80.399)
Fornecedores	(5.681.576)	(6.240.356)	(5.681.576)	(6.240.356)
Debêntures	(4.001.549)	(4.409.797)	(4.002.048)	(4.409.797)
Empréstimos e financiamentos	(4.788.327)	(4.342.993)	(4.918.907)	(4.342.993)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	(700.226)	(1.739.464)	(700.226)	(1.739.464)
<u>Exposição líquida</u>	<u>(6.574.514)</u>	<u>(5.656.829)</u>	<u>(6.664.489)</u>	<u>(5.656.829)</u>

(*) As operações com partes relacionadas são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros - Continuação

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa 20 (b) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A classificação da hierarquia dos ativos e passivos a valor justo está descrito na nota explicativa 20 (c).

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos a seguir:

(i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê de Fluxo de Caixa da Companhia, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (vide nota explicativa nº 7).
- Contas a receber: a Companhia vende diretamente a clientes individuais por meio de cheques pré-datados, as quais representam uma pequena parte das vendas, 0,05% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 (0,10% em 31 de dezembro de 2012).
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.
- Vendas financiadas CDCI são as vendas feitas através de acordos operacionais (linhas de crédito) com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para concessão de financiamentos CDCI aos seus clientes, por meio de intermediação com as respectivas instituições financeiras, com o objetivo de viabilizar e fomentar a venda de mercadorias nos seus estabelecimentos comerciais. Nessa modalidade de venda, a subsidiária tem responsabilidade final pela liquidação do financiamento e pelo risco de crédito da operação.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente esse efeito.

(iii) Risco da taxa de câmbio

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas subsidiárias utilizam-se de derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros - Continuação

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias - Continuação

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Empréstimos e financiamentos	5.429.809	6.322.188	9.490.102	10.492.254
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.286.277)	(2.890.331)	(4.780.019)	(7.086.251)
Dívida líquida	4.143.532	3.431.857	4.710.083	3.406.003
Patrimônio líquido	9.029.902	8.494.725	11.652.488	11.067.951
Patrimônio líquido e dívida líquida	13.173.434	11.926.582	16.362.571	14.473.954

(v) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

a) Controladora

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.129.667	1.272.460	74.007	2.476.134
Debêntures	1.224.770	2.443.658	-	3.668.428
Instrumentos financeiros derivativos	(82.051)	(14.156)	-	(96.207)
Arrendamento mercantil financeiro	37.431	114.257	24.906	176.594
30 de setembro de 2013	2.309.817	3.816.219	98.913	6.224.949

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	888.439	2.111.787	149.876	3.150.102
Debêntures	727.053	3.323.809	-	4.050.862
Instrumentos financeiros derivativos	(16.219)	(81.335)	-	(97.554)
Arrendamento mercantil financeiro	54.023	121.046	44.485	219.554
31 de dezembro de 2012	1.653.296	5.475.307	194.361	7.322.964

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros - Continuação

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias - Continuação

- (v) Risco de gestão de liquidez - Continuação

- b) Consolidado

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	3.804.233	1.928.249	77.587	5.810.069
Debêntures	1.305.218	3.313.002	-	4.618.220
Instrumentos financeiros derivativos	(92.248)	(14.156)	-	(106.404)
Arrendamento mercantil financeiro	60.304	120.781	29.936	211.021
30 de setembro de 2013	5.077.507	5.347.876	107.523	10.532.906

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	3.561.872	2.669.235	149.876	6.380.983
Debêntures	897.657	4.225.743	-	5.123.400
Instrumentos financeiros derivativos	(11.345)	(87.647)	-	(98.992)
Arrendamento mercantil financeiro	74.373	143.868	49.992	268.233
31 de dezembro de 2012	4.522.557	6.951.199	199.868	11.673.624

- (vi) Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 30 de setembro de 2013 o valor de referência dos contratos era de R\$640.000 (R\$1.144.050 em 31 de dezembro de 2012). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e, preferencialmente, realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

Os derivativos da Companhia contratados em data anterior a de 31 de dezembro de 2008 eram medidos pelo valor justo no resultado, incluindo: (i) Contratos de *swap* de dívidas em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) para conversão de taxas de juros fixas e moedas estrangeiras para real e taxas de juros locais variáveis (CDI). Não existe saldo em 30 de setembro de 2013 (R\$ 259.883 em 31 de dezembro 2012), e (ii) são primariamente relativos a debêntures, trocando taxas de juros locais variáveis mais taxas de juros fixas por taxas de juros variáveis (CDI).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros - Continuação

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias - Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos - Continuação

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores (*caps*), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
<i>Swap</i> com contabilização de <i>hedge</i>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		640.000	1.144.050	813.427	1.506.413
<u>Posição ativa (comprada)</u>					
Taxa prefixada	11,82% a.a.	377.000	377.000	539.897	521.575
US\$ + fixa	3,47% a.a.	263.000	767.050	278.682	996.538
		640.000	1.144.050	818.579	1.518.113
<u>Posição passiva (vendida)</u>					
	CDI 100,55% a.a.	(640.000)	(1.144.050)	(710.965)	(1.396.045)
Posição de <i>hedge</i> líquida		-	-	107.614	122.068
<i>Swap</i> sem contabilização de <i>hedge</i>					
<u>Posição ativa (comprada)</u>					
CDI + fixa	100% CDI + 0,05% a.a.	-	259.883	-	266.276
			259.883		266.276
<u>Posição passiva (vendida)</u>					
	104,96% do CDI	-	(259.883)	-	(266.071)
Posição de <i>swap</i> líquida			-		205
Posição de <i>swap</i> líquida total		-	-	107.614	122.273

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$107.614 (R\$122.273 em 31 de dezembro de 2012) e está registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos".

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros - Continuação

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias - Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos - Continuação

Os efeitos do *hedge* ao valor justo por meio resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 resultaram em um ganho de R\$33.271 (e perda de R\$26.739 em 30 de setembro de 2012).

(vii) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, ambas divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as informações contábeis intermediárias são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

- b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade foi desenvolvida para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Dessa maneira, no cenário provável (I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados no item (vi) acima. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No cálculo do valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, a taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira, é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DIxlene, índices divulgados pela BM&FBovespa e os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide item b(ii).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros - Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros - Continuação

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

(i) Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)

Operações	Risco	Projeção de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida à taxa prefixada	taxa prefixada	(593.108)	(593.108)	(593.108)
Swap (posição ativa a taxa prefixada)	taxa prefixada	593.205	593.205	593.205
	Efeito líquido	97	97	97
Swap (posição passiva em CDI)	Aumento do CDI	(548.159)	(559.399)	(570.921)
Efeito líquido total			(11.240)	(22.762)

(ii) Derivativos contabilizados pelo valor justo por meio do resultado

Transações	Risco	Projeções de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida - US\$	Aumento do US\$	(311.369)	(389.212)	(467.054)
Swap (posição ativa em US\$)	Queda do US\$	315.876	394.845	473.814
	Efeito líquido	4.507	5.633	6.760
Swap (posição passiva em CDI)	Aumento do CDI	(254.529)	(257.300)	(260.043)
Efeito líquido total			(1.645)	(3.261)

(iii) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco	Projeções de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Debentures	CDI + 1%	(1.366.615)	(1.393.989)	(1.421.363)
Debentures	108,35% do CDI	(2.296.697)	(2.342.701)	(2.388.705)
Debentures - Via Varejo	100% CDI + 0,9%	(947.457)	(981.892)	(1.016.810)
Empréstimos bancários - CDB	102,51% do CDI	(1.256.721)	(1.281.894)	(1.307.066)
Arrendamento mercantil	100,18% do CDI	(150.919)	(153.942)	(156.965)
Arrendamento mercantil	IGP-DI + 6% a.a.	(35.685)	(36.399)	(37.114)
Arrendamento mercantil – Via Varejo	100% CDI	(23.251)	(23.831)	(24.412)
Empréstimos bancários Via Varejo	110,48% do CDI	(2.885.993)	(2.894.833)	(2.903.569)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(8.963.338)	(9.109.481)	(9.256.004)
Caixa e equivalentes de caixa	100,9 % do CDI (*)	5.243.126	5.348.148	5.453.169
Exposição líquida		(3.720.212)	(3.761.333)	(3.802.835)
Deterioração comparada com o cenário I			(41.121)	(82.623)

(*) média ponderada

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros - Continuação

c) Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo são resumidos a seguir:

	30.09.2013	Preços orçados em mercados ativos para instrumentos idênticos (Nível 1)	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 2)	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 3)
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	23.270	23.270	-	-
Swaps de taxa de juros entre Moedas	71.573	-	71.573	-
Swaps de taxas de juros	36.042	-	36.042	-
Empréstimos e financiamentos	(700.226)	-	(700.226)	-
Debêntures	(4.001.549)	-	(4.001.549)	-
Opções de compra/venda (e), (f)	362.279	-	-	362.279
	(4.208.611)	23.270	(4.594.160)	362.279

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros - Continuação

d) Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Em aberto Descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
					30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Swaps cambiais								
registrados na CETIP (US\$ x CDI)	Santander	US\$57.471	16/04/2010	10/04/2013	-	(1.350)	-	(839)
	Citibank	US\$23.202	13/02/2012	13/02/2014	11.422	6.765	10.687	7.145
	Itaú Unibanco	US\$175.000	01/07/2010	07/06/2013	-	(18.281)	-	(16.389)
	Itaú Unibanco	US\$100.000	05/05/2011	16/04/2014	61.222	43.653	60.886	50.456
	HSBC	US\$95.847	29/04/2011	22/04/2013	-	34.119	-	35.264
Swaps taxa de juros								
registrados na CETIP (taxa prefixada x CDI)	Banco do Brasil	R\$117.000	23/12/2010	24/12/2013	9.780	4.746	10.569	11.210
	Banco do Brasil	R\$130.000	28/06/2010	06/06/2014	10.382	5.091	12.261	14.858
	Banco do Brasil	R\$130.000	28/06/2010	02/06/2015	9.839	4.706	13.213	20.363
	Itaú Unibanco	R\$779.650	25/06/2007	01/03/2013	-	132	-	205
					102.645	79.581	107.616	122.273

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros - Continuação

e) Opção de compra da Bartira

Casa Bahia e a Companhia outorgaram, através do Acordo de Associação, opções de compra e venda sobre as participações detidas por Via Varejo e pela Casa Bahia na Bartira. As condições são definidas como segue:

- Durante o período de restrição, definido no Acordo de Associação como 36 meses a partir de 1º de julho de 2010, a Via Varejo tem o direito de vender sua participação de 25% no capital social da Bartira por R\$1,00 para Casa Bahia.
- Para o período compreendido entre o fim do período de restrição e o término do 6º ano do Acordo de Associação, a Via Varejo pode adquirir os restantes 75% de participação no capital social da Bartira, atualmente detida por CB, pelo montante de R\$175.000, ajustado pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- Na hipótese de Via Varejo não exercer a opção de compra referida acima, ao final do 6º ano, CB tem a obrigação de adquirir a participação de 25% de Via Varejo pelo montante de R\$58.500, ajustado pelo IPCA.

O instrumento acima foi calculado através da metodologia de Black & Scholes utilizando as seguintes métricas:

- Preço de exercício: R\$200.466 (valor atualizado pelo IPCA até a data do exercício).
- Preço do ativo à vista: R\$672.941, equivalente ao valor da avaliação de 100% da empresa Bartira nas condições em que o ativo poderá ser entregue no caso de exercício da opção, ou seja, sem os efeitos do contrato desvantajoso de fornecimento.
- Volatilidade: 28% com base em empresas comparáveis.
- Prazo para exercício: 10 meses.
- Taxa livre de risco: 5,8% ao ano.
- Valor justo do instrumento em 30 de setembro de 2013: R\$306.739.

f) Opção de compra da Rede Duque

A opção de compra no valor de R\$50.000 é atualizada por 110% do CDI e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 foi reconhecido no resultado financeiro o montante de R\$3.222 (R\$2.318 em 31 de dezembro de 2012), vide nota explicativa nº 15 (ii). O prazo para exercício foi prorrogado de forma que tenha início em 28 de julho de 2013 e término em 28 de novembro de 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

a) Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
PIS e COFINS a pagar	17.205	47.988	242.676	251.902
Provisão para imposto de renda e contribuição social	76.608	22.991	138.889	147.915
ICMS a pagar	18.966	24.906	182.174	233.154
Outros	1.054	5.623	38.250	17.790
	113.833	101.508	601.989	650.761

b) Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09 (i)	1.126.993	1.248.158	1.203.462	1.327.115
INSS	-	-	13.408	13.740
Outros (ii)	15.702	18.043	16.538	19.056
	1.142.695	1.266.201	1.233.408	1.359.911
Circulante	133.645	147.172	142.219	155.368
Não circulante	1.009.050	1.119.029	1.091.189	1.204.543

- (i) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) - a Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporcionados pela adesão a esse parcelamento.
- (ii) Outros - a Companhia apresentou pedido de parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e podem ser pagos em 120 meses.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	633.435	739.246	993.334	861.270
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(158.359)	(184.812)	(298.000)	(258.381)
Multas fiscais	(2.388)	(2.525)	(6.185)	(3.778)
Equivalência patrimonial	71.464	80.883	8.505	3.559
Créditos extemporâneos	16.845	-	16.845	-
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(223)	(22.927)	(5.732)	14.734
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(72.661)	(129.381)	(284.567)	(243.866)
Imposto de renda e contribuição social do período:				
Corrente	(98.718)	(105.840)	(278.124)	(160.350)
Diferido	26.057	(23.541)	(6.443)	(83.516)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(72.661)	(129.381)	(284.567)	(243.866)
Taxa efetiva	11,5%	17,5%	28,6%	28,3%

A CBD não paga contribuição social (9%) com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado.

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Prejuízos fiscais	-	7.095	736.370	796.771
Provisão para demandas judiciais	175.524	97.666	351.166	269.390
Provisão para operações com instrumentos financeiros derivativos tributados pelo regime de caixa	3.204	25.014	7.287	22.608
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.364	1.375	90.196	75.394
Provisão para redução de ágio	-	-	974	974
Provisão para despesas correntes	-	-	99.106	49.557
Amortização fiscal de ágio	29.391	43.162	(345.919)	(270.666)
Ajuste a valor presente (AVP) Lei nº 11.638/07	550	441	(9.196)	1.320
Ajuste arrendamento mercantil Lei nº 11.638/07	5.575	7.158	(55.454)	(43.183)
Ajuste a marcação a mercado Lei nº 11.638/07	949	729	949	729
Mais-valia de ativos adquiridos na combinação de negócio	-	-	(953.550)	(986.701)
Inovação tecnológica realização futura	(12.209)	(11.722)	(12.209)	(11.722)
Outras	7.200	14.573	25.303	36.995
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	211.548	185.491	(64.977)	(58.534)
Ativo não circulante	211.548	185.491	1.024.605	1.078.842
Passivo não circulante	-	-	(1.089.582)	(1.137.376)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	211.548	185.491	(64.977)	(58.534)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social - Continuação

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos - Continuação

A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Com base nesses estudos, a Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	70.264	407.792
2015	43.293	293.188
2016	43.293	263.135
2017	43.293	48.596
2018	11.405	11.894
	211.548	1.024.605

23. Aquisição de sociedades

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Aquisição de participação em Assai (a)	5.214	4.945
Aquisição de participação em Sendas (b)	168.798	216.277
	174.012	221.222
Passivo circulante	68.361	63.021
Passivo não circulante	105.651	158.201

- (a) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Assai, subsidiária que desenvolve os negócios de "atacado de autosserviços" para o Grupo.
- (b) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Sendas em dezembro de 2010 equivalente a 42,57% do capital social à época pelo valor total de R\$377.000. Em 30 de setembro de 2013 remanesciam três parcelas anuais, contabilizadas pelo valor presente, com previsão de atualização pelo IPCA, sendo a última amortização em julho de 2016.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis:

a) Controladora

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	36.093	132.963	112.417	64.210	345.683
Adições	167.387	-	94.971	3.583	265.941
Pagamentos	-	-	(22.564)	-	(22.564)
Reversões	-	(43.131)	(8.937)	(1.611)	(53.679)
Transferências	-	-	-	(15.100)	(15.100)
Atualização monetária	6.548	4.003	9.727	6.900	27.178
Saldo em 30 de setembro de 2013	210.028	93.835	185.614	57.982	547.459

b) Consolidado

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	86.557	364.082	190.836	132.886	774.361
Adições	190.382	8.701	178.404	45.026	422.513
Pagamentos	-	-	(35.552)	(7.690)	(43.242)
Reversões	-	(52.470)	(31.158)	(28.809)	(112.437)
Atualização monetária	8.575	10.376	19.101	22.074	60.126
Saldo em 30 de setembro de 2013	285.514	330.689	321.631	163.487	1.101.321

c) Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

COFINS e PIS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas subsidiárias passaram a questionar o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais - Continuação

c) Tributárias - Continuação

Além disso, a Companhia efetuou compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS com créditos de Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI – insumos submetidos à alíquota zero ou isentos - adquiridos de terceiros (transferidos com base em decisão transitada em julgado). O valor das demandas para PIS e COFINS em 30 de setembro de 2013 é de R\$92.112 (R\$86.557 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, em 2013 houve andamentos processuais relacionados a Compensações de Finsocial, COFINS e PIS, que levaram os nossos assessores legais a alterar sua estimativa de perda de possível para provável no montante de R\$193.402.

Fiscais e outros

Fiscais

A Companhia e suas subsidiárias têm outras demandas tributárias que após análise de seus consultores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São elas: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2011; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro; (iv) questionamentos relacionados a aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, erro em aplicação de alíquota e obrigações acessórias pelos fiscos estaduais; e (v) outros assuntos de menor expressão.

Durante o segundo trimestre de 2013, ocorreram eventos processuais que levaram a mudança na avaliação de risco provável para possível de um processo relacionado a Imposto de Renda no montante de R\$43.139.

O montante contabilizado em 30 de setembro de 2013 para esses assuntos é de R\$130.325 (R\$173.687 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, a Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 30 de setembro de 2013 é de R\$36.954 (R\$31.529 em 31 de dezembro de 2012).

Outros

Foram constituídas provisões tributárias na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes, que na ocasião da combinação de negócios, de acordo com o requerido no CPC 15 (IFRS 3), são contabilizados. Em 30 de setembro de 2013 o montante registrado é de R\$163.410 (R\$158.866 em 31 de dezembro de 2012) de passivos contingentes tributários.

Os principais passivos contingentes tributários registrados referem-se a processo administrativo relativo à compensação de contribuição ao PIS sob a égide dos Decretos 2445/88 e 2449/88, gerados em virtude de créditos advindos de processos judiciais, e as compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais - Continuação

d) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia mantinha uma provisão de R\$308.451 (R\$177.698 em 31 de dezembro de 2012), referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ("TR"), 0,04% acumulada em 30 de setembro de 2013 (0,29% em 31 de dezembro de 2012) acrescidos de juros mensais de 1%.

Foram constituídas provisões trabalhistas na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios que montam a R\$13.180 em 30 de setembro de 2013 (R\$13.138 em 31 de dezembro de 2012).

e) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela entidade. Em 30 de setembro de 2013, o montante da provisão para essas ações é de R\$43.372 (R\$36.112 em 31 de dezembro de 2012), para as quais não há depósitos judiciais.
- A subsidiária Via Varejo é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$55.460 em 30 de setembro de 2013 (R\$43.769 em 31 de dezembro de 2012).
- Foram constituídas provisões cíveis na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios e que montam a R\$2.280 em 30 de setembro de 2013 (R\$2.685 em 31 de dezembro de 2012).

O total das demandas cíveis e outros em 30 de setembro de 2013 é de R\$163.487 (R\$132.886 em 31 de dezembro de 2012).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais - Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R\$7.544.409 em 30 de setembro de 2013 (R\$7.151.112 em 31 de dezembro de 2012), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – A Companhia foi autuada pela não-incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, cuja perda possível corresponde a R\$296.267 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 283.245 em 31 de dezembro de 2012). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.
- IRPJ, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto de Renda na Fonte sobre Luro Líquido -- ILL, IPI - A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão.
- No quarto trimestre de 2012, a Companhia tomou ciência de Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil visando a cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2009, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago e oriundo de transações entre os acionistas Casino e Abílio Diniz. A Companhia apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda decisão. No segundo trimestre de 2013, a Companhia foi autuada em relação aos anos-calendário 2010 e 2011. Não foi constituída provisão para esse caso, já que, na avaliação dos assessores legais da Companhia, as chances de perda são classificadas parte como possível R\$628.755 em 30 de setembro de 2013 (R\$300.800 em 31 de dezembro de 2012) e parte como remota.

Os processos estão aguardando decisão administrativa e judicial. O montante envolvido equivale a R\$1.119.220 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 783.305 em 31 de dezembro de 2012)

- COFINS, PIS e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF – A Companhia vem sendo questionada sobre pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$949.840 de 30 de setembro de 2013 (R\$1.076.782 em 31 de dezembro de 2012).
- ICMS - a Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº 17 do Estado de São Paulo; (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida; (v) decorrentes de vendas financiadas; e (vi) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$3.988.712 em 30 de setembro de 2013 (R\$3.599.179 em 31 de dezembro de 2012), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais - Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados - Continuação

- Imposto sobre Serviço - ISS, Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis - ITBI e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta R\$329.191 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 325.139 em 31 de dezembro de 2012) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- Outras demandas judiciais – referem-se a processos administrativos e ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado e as ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor (“PROCON”) (em diversos Estados), Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, totalizando R\$408.210 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 638.521 em 31 de dezembro de 2012).
- Trabalhista: a Companhia possui, ainda, processos com risco de perda estimada como possível no montante de R\$452.969 em 30 de setembro de 2013 (R\$444.941 em 31 de dezembro de 2012).

Eventuais mudanças adversas na expectativa de risco desses processos podem demandar constituição adicional de provisão para demandas judiciais.

g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valor referentes a depósito judicial.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Tributárias	57.919	57.847	141.017	137.911
Trabalhistas	441.755	456.921	762.753	738.228
Cíveis e outras	42.813	33.607	94.268	76.155
Total	542.487	548.375	998.038	952.294

h) Garantias

<u>Ações</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Carta de fiança</u>	<u>Total</u>
Tributárias	814.954	31	4.673.912	5.488.897
Trabalhistas	6.141	3.051	67.117	76.309
Cíveis e outras	11.128	422	241.420	252.970
Total	832.223	3.504	4.982.449	5.818.176

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais – Continuação

i) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalizações em períodos que variam entre 5 e 30 anos.

25. Operações de arrendamento mercantil

a) Arrendamento operacional

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Valor bruto de arrendamento mercantil operacional				
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Até 1 ano	410.379	354.816	1.160.205	931.204
De 1 ano a 5 anos	1.345.021	1.101.133	3.498.513	2.579.478
Mais de 5 anos	1.380.803	1.430.996	4.440.209	4.084.681
	3.136.203	2.886.945	9.098.927	7.595.363

Os pagamentos de aluguel mínimo de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis referem-se ao período contratual do curso normal da operação.

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 30 de setembro de 2013, o montante da multa seria de R\$541.273 (R\$863.853 em 31 de dezembro de 2012).

(i) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o período	242.376	172.149	376.062	327.864

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Operações de arrendamento mercantil - Continuação

a) Arrendamento operacional - Continuação

(ii) Cláusulas com opção de renovação ou reajuste

Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de Inquilinato. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.

b) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$305.626 em 30 de setembro de 2013 (R\$358.211 em 31 de dezembro de 2012), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Passivo de arrendamento mercantil financeiro				
- pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	31.404	66.863	47.910	83.054
De 1 a 5 anos	102.551	110.065	106.825	127.283
Mais de 5 anos	27.442	28.001	34.172	35.254
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	161.397	204.929	188.907	245.591
Encargos futuros de financiamento	93.055	97.085	116.719	112.620
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	254.452	302.014	305.626	358.211

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o período	1.743	1.743	1.743	4.929

O prazo dos contratos varia entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de Inquilinato nº 12.122/10.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Aluguéis mínimos	249.579	254.066	342.589	413.211
Aluguéis contingentes	82.645	22.992	663.891	438.100
Aluguéis de subarrendamento (*)	(90.848)	(73.515)	(119.194)	(97.435)
	241.376	203.543	887.286	753.876

(*) Refere-se aos contratos de alugueis a receber das galerias comerciais.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Operações de arrendamento mercantil - Continuação

b) Arrendamento mercantil financeiro - Continuação

De acordo com o contrato dessa operação, a Companhia e o Grupo Casino receberam uma *golden share*, o que concedeu a ambos o direito de veto para assegurar que os imóveis sejam utilizados da maneira pretendida pelas partes durante o prazo do contrato de locação.

A Companhia está autorizada a rescindir o contrato de locação, pagando uma multa de 10% dos aluguéis restantes, limitados a 12 meses.

26. Receitas antecipadas

A subsidiária Via Varejo recebeu antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Barcelona recebeu antecipadamente valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (*back lights*) para exposição de produtos dos seus fornecedores.

	Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012
Garantias complementares ou estendidas	459.033	513.003
Contrato Finasa	2.240	-
Contrato de permuta	44.558	32.975
Back lights	7.066	17.807
	512.897	563.785
Circulante	82.726	92.120
Não circulante	430.171	471.665

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores sejam reconhecidos ao resultado na seguinte proporção:

	Consolidado
	30.09.2013
2014	19.020
2015	118.042
2016	80.447
2017	67.765
2018	49.268
2019	49.268
2020	46.361
	430.171

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de setembro de 2013, é representado por 264.318 (263.410 em 31 de dezembro de 2012) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e 164.638 em milhares de ações preferenciais em 30 de setembro de 2013 (163.730 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 a Companhia aumentou o capital social em 608 mil ações preferenciais decorrente do exercício de opções de ações, sendo:

- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$1.088 mediante a emissão de 41 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$5.692 mediante a emissão de 237 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$4.091 mediante a emissão de 304 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$878 mediante a emissão de 26 mil ações preferenciais.

b) Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo para fins de cálculo do respectivo valor o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) anterior.

c) Reserva de capital - reserva especial de ágio

A reserva de capital foi gerada pela reestruturação societária realizada em 2006 consistindo na incorporação da antiga holding da Companhia, resultando em uma economia de imposto de renda diferido ativo no montante de R\$103.398, representando um benefício tributário futuro por meio da amortização de ágio incorporado. A parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício já recebido deve ser capitalizada ao final de cada exercício em benefício dos acionistas controladores, com a emissão de novas ações.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido - Continuação

c) Reserva de capital - reserva especial de ágio - Continuação

O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não-controladores, na proporção de suas participações, por tipo e classe de ações, na época da emissão, e os montantes pagos pelos não-controladores será entregue diretamente ao acionista controlador.

Em AGE realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 200.905 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$ 40.180 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$ 160.725 foram capitalizados em proveito da Wilkes Participações S.A., nos termos do artigo 7º da instrução nº 319/99 da CVM.

Em AGE realizada em 17 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 38.025 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$ 7.605 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$ 30.420 foram capitalizados em proveito da Wilkes Participações S.A., nos termos do artigo 7º da instrução nº 319/99 da CVM.

d) Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidas os efeitos dos pagamentos baseados em ações dos executivos da Companhia nos termos do CPC 10 (IFRS 2) – Pagamentos Baseados em Ações.

e) Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

Nos termos das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, aprovou-se o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

A partir do exercício de 2007 as outorgas do plano de opção de compra de ações em favor dos administradores e empregados serão realizadas da seguinte forma:

As opções são classificadas em: Silver e Gold, sendo que, a quantidade de opções Gold poderá ser reduzida e/ou aumentada (redutor ou acelerador), a critério do Comitê de administração do plano, no decorrer dos 36 meses seguintes à data da outorga.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido - Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

O preço da ação decorrente da opção tipo Silver será o correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais da Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BM&FBOVESPA, anteriores à data em que o Comitê deliberar a outorga da opção, com deságio de 20%. O preço da ação decorrente da opção tipo "Gold" será o correspondente a R\$0,01 e a outorga de tais opções são adicionais às opções "Silver", não sendo possível a outorga ou o exercício de opções "Gold" isoladamente. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

As opções do tipo "Silver" e "Gold" passam a valer a partir da data do respectivo contrato. A quantidade de ações decorrente da opção "Silver" é fixa (estipulada no contrato). A quantidade de ações decorrente da opção "Gold" é variável, sendo estipulada na data da outorga a quantidade de ações que poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com o Retorno sobre o capital investido "Return Over Invested Capital" - ROIC apurado ao final do 35º mês a contar da data da outorga. De acordo com o item 3.3 do Plano, o Comitê decidiu que, a partir da Série A6, inclusive, a redução ou o aumento da quantidade de opções do tipo "Gold" será apurado com base no atendimento do "Return on Capital Employed – ROCE" da CBD.

Como regra geral do Plano de Opção, que pode ser alterada pelo Comitê de Stock Option em cada série, a aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á a partir do 36º mês e até o 48º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão, o beneficiário terá o direito de adquirir 100% das ações cuja opção foi classificada como "Silver". O exercício das opções classificadas como "Gold" ocorrerá no mesmo período, mas o percentual de tais opções sujeitas a exercício será determinado pelo Comitê de Stock Option no 35º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção poderão ser exercidas integral ou parcialmente. Vale ressaltar que as opções "Gold" são adicionais às opções "Silver" e, dessa forma, as opções "Gold" somente poderão ser exercidas em conjunto com as opções "Silver".

O preço referente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional pelo beneficiário, devendo ser pago o preço de exercício em 1ª parcela devida 30 dias após a data de subscrição das respectivas ações.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2013 foi aprovado o aumento do limite global de ações destinadas ao Plano Geral para a Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, de 11.618 milhares de ações preferenciais para 15.500 milhares de ações preferenciais, um aumento de 3.882 milhares de novas ações preferenciais.

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido - Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

Séries outorgadas	Data da outorga	Preço				Lote de ações			
		1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por demissão	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2012									
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(841)	(7)	-
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(943)	(7)	-
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(668)	-	-
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(693)	-	-
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(257)	(2)	255
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(118)	(1)	63
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(59)	(11)	229
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(59)	(11)	229
Série A6 - Gold	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	0,01	0,01	526	(66)	(19)	441
Série A6 - Silver	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	64,13	64,13	526	(66)	(19)	441
						5.505	(3.770)	(77)	1.658

Séries outorgadas	Data da outorga	Preço				Lote de ações			
		1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por demissão	Total em vigor
Saldo em 30 de setembro de 2013									
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(512)	(2)	-
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(181)	(1)	-
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(122)	(14)	163
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(122)	(14)	163
Série A6 - Gold	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	0,01	0,01	526	(145)	(26)	355
Série A6 - Silver	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	64,13	64,13	526	(145)	(26)	355
Série A7 - Gold	15/03/2013	14/03/2016	14/03/2017	0,01	0,01	358	(4)	(15)	339
Série A7 - Silver	15/03/2013	14/03/2016	14/03/2017	80,00	80,00	358	(4)	(15)	339
						3.062	(1.235)	(113)	1.714

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano em 31 de maio de 2013 aprovou que não houve redução e/ ou aceleração referente à Série A4.

Em 30 de setembro de 2013, havia 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano e o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$101,36 para cada ação.

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 2012 de todas as opções outorgadas:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido - Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

(iii) Informações consolidadas planos de opções de compra de ações - GPA - Continuação

	30.09.2013	31.12.2012
Quantidade de ações	264.318	263.410
Saldo das séries outorgadas em vigor	1.714	1.658
Percentual máximo de diluição	0,65%	0,63%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 0,88% (0,81% em 31 de dezembro de 2012), (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 28,91% em 30 de setembro de 2013 (33,51% em 31 de dezembro de 2012) e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 10,86% em 30 de setembro de 2013 (10,19% em 31 de dezembro de 2012). A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 30 de setembro de 2013 é de 1,70 anos (1,64 anos em 31 de dezembro de 2012). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 30 de setembro de 2013 foi de R\$62,37 (R\$51,19 em 31 de dezembro de 2012).

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente	Valor intrínseco agregado
Em 31 de dezembro de 2012				
Em aberto no início do exercício	1.963	16,90		
Outorgadas durante o exercício	1.052	32,08		
Canceladas durante o exercício	(64)	29,40		
Exercidas durante o exercício	(1.293)	16,46		
Em aberto no fim do exercício	1.658	26,40	1,64	106.168
Total a exercer em 31 de dezembro de 2012	1.658	26,40	1,64	106.168
Em 30 de setembro de 2013				
Outorgadas durante o período	716	40,02		
Canceladas durante o período	(51)	36,43		
Exercidas durante o período	(609)	19,32		
Em aberto no fim do período	1.714	34,31	1,70	114.979
Total a exercer em 30 de setembro de 2013	1.714	34,31	1,70	114.979

Em 30 de setembro de 2013 não havia opções a serem exercidas.

O Pronunciamento Técnico CPC 10(R1) (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 30 de setembro de 2013 foram de R\$29.658 (R\$27.794 em 30 de setembro de 2012).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Receita bruta de vendas				
Mercadorias	16.930.747	15.196.385	45.155.420	40.502.248
Prestação de serviços	89.213	78.675	1.105.683	892.427
Receita de permuta	-	-	-	98.074
Serviços financeiros	-	-	736.544	659.635
Devoluções e cancelamento de vendas	(228.824)	(188.648)	(1.373.990)	(1.314.908)
	16.791.136	15.086.412	45.623.657	40.837.476
Impostos	(1.383.969)	(1.343.771)	(4.780.788)	(4.497.442)
Receita líquida	15.407.167	13.742.641	40.842.869	36.340.034

29. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Custo com estoques	(11.277.615)	(10.199.613)	(30.037.937)	(26.675.839)
Despesas com pessoal	(1.586.407)	(1.249.352)	(3.812.603)	(3.344.059)
Serviços de terceiros	(241.875)	(244.078)	(2.245.741)	(2.043.764)
Despesas comerciais	(266.345)	(295.898)	(395.791)	(453.047)
Despesas funcionais	(723.324)	(630.483)	(1.077.040)	(1.026.366)
Outras despesas	(15.418)	(72.089)	(477.747)	(486.037)
	(14.110.984)	(12.691.513)	(38.046.859)	(34.029.112)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(11.277.615)	(10.199.613)	(30.037.937)	(26.675.839)
Despesas com vendas	(2.346.958)	(2.038.894)	(6.866.612)	(6.130.003)
Despesas gerais e administrativas	(486.411)	(453.006)	(1.142.310)	(1.223.270)
	(14.110.984)	(12.691.513)	(38.046.859)	(34.029.112)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Provisão para demandas judiciais tributárias (i)	(163.291)	-	(163.291)	-
Passivo indenizatório (ii)	(50.760)	(23.991)	(89.418)	(23.991)
Parcelamento de tributos federais	(2.649)	-	(2.649)	-
Gastos com integração/reestruturação	(30.324)	(11.712)	(42.196)	(27.281)
Contingências – Price Purchase Allocation – PPA Via Varejo	-	-	-	4.700
Resultado com ativo imobilizado	817	(6.826)	(6.308)	30.079
Resultado de acordo sobre serviços financeiros	-	-	-	2.875
Outras (iii)	(11.784)	-	(70.585)	(11)
Total	(257.991)	(42.529)	(374.447)	(13.629)
Outras receitas operacionais	817	(6.826)	(1.372)	42.805
Outras despesas operacionais	(258.808)	(35.703)	(373.075)	(56.434)
Total	(257.991)	(42.529)	(374.447)	(13.629)

- (i) Valor referente ao registro de provisão para risco de Finsocial, PIS e Cofins, cuja avaliação da Administração, amparada pelos nossos assessores legais se tornou provável de perda durante o 2º trimestre de 2013.
- (ii) Valor referente aos efeitos dos trabalhos de consultores externos na Via Varejo concluídos durante o 2º trimestre de 2013, sobre as quais a Companhia vem estudando com seus assessores as medidas para cobrança dos valores, conforme comunicado ao mercado por Via Varejo no dia 23 de maio de 2013.
- (iii) O valor compreende principalmente pela revisão de riscos trabalhistas e tributários, líquidos de efeitos de anistias fiscais.

31. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(346.299)	(411.193)	(625.242)	(700.043)
Custo com antecipação de recebíveis	(65.095)	(61.359)	(423.925)	(393.203)
Atualizações monetárias passivas	(87.380)	(111.203)	(161.292)	(196.329)
Outras despesas financeiras	(46.468)	(13.081)	(71.295)	(62.153)
Total de despesas financeiras	(545.242)	(596.836)	(1.281.754)	(1.351.728)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	89.013	148.034	264.417	271.727
Atualizações monetárias ativas	65.919	31.483	146.588	169.239
Outras receitas financeiras	5.316	73.818	5.173	18.349
Total de receitas financeiras	160.248	253.335	416.178	459.315
Total	(384.994)	(343.501)	(865.576)	(892.413)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada da respectiva classe de ações em circulação durante o período.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação teria um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

A Companhia concedeu aos colaboradores elegíveis plano de remuneração baseado em ações (vide nota explicativa nº 27), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído por meio da aplicação do método de "ações em tesouraria".

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações preferenciais, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

A partir de 2003, as ações preferenciais conferem direito a um dividendo 10% maior que o distribuído às ações ordinárias. Como esses lucros podem ser capitalizados ou de outra forma alocados, pode não haver garantia de que os acionistas preferenciais receberão o prêmio de 10% mencionado acima, exceto se os lucros forem totalmente distribuídos.

O lucro por ação é calculado como se as opções fossem exercidas no início do exercício, ou no momento da emissão, no mais tardar, e como se os recursos recebidos fossem utilizados para adquirir as ações da própria Companhia.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada período apresentado:

	30.09.2013			30.09.2012		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Numerador básico						
Lucro básico alocado e não distribuído	361.352	199.422	560.774	391.135	218.730	609.865
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	361.352	199.422	560.774	391.135	218.730	609.865
Denominador básico (milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	164.200	99.680	263.880	162.044	99.680	261.724
Lucro básico por milhares de ações (R\$)	2,20	2,00		2,41	2,19	
Denominador diluído						
Média ponderada da quantidade de ações (milhares)	164.200	99.680	263.880	162.044	99.680	261.724
Opções de compra de ações	738	-	738	1.310	-	1.310
Média ponderada diluída das ações(milhares)	164.938	99.680	264.618	163.354	99.680	263.034
Lucro diluído por milhares de ações (R\$)	2,19	2,00		2,39	2,19	

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Plano de previdência privada de contribuição definida

Em julho de 2007, a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários, a ser administrada pela instituição financeira BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. A Companhia efetua contribuições mensais em nome de seus funcionários, sendo os valores pagos referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 de R\$2.833 (R\$2.887 em 30 de setembro de 2012) e as contribuições dos funcionários de R\$3.854 (R\$3.482 em 30 de setembro de 2012). O plano contava com 1.020 participantes em 30 de setembro de 2013 (860 em 30 de setembro de 2012).

34. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 30 de setembro de 2013, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Controladora	Consolidado
		Montante da cobertura	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	7.915.199	19.257.810
Lucro	Lucros cessantes	1.852.050	4.005.612
Automóveis e outros (*)	Perdas e Danos	381.008	708.639

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativas no valor de R\$313.000.

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

35. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos, como segue:

- Varejo - inclui as bandeiras "Pão de Açúcar", "Extra Hiper", "Extra Supermercado", "Mini-mercado Extra", "Posto Extra", "Drogaria Extra" e "GPA Malls & Properties".
- Eletro - inclui as bandeiras "Ponto Frio" e "Casas Bahia".
- Atacado de autoserviços - inclui a bandeira "ASSAI".
- Comércio eletrônico - inclui os "sites" www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br e www.casasbahia.com.br, www.barateiro.com.br e www.partiuviaagens.com.br.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos -- Continuação

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das informações contábeis intermediárias. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e os impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 19 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos - Continuação

Descrição	Saldos em 30.09.2013						
	Varejo	Atacado de autoserviços	Eletrô	Comércio eletrônico	Total	Eliminação (*)	Total
Receita líquida de vendas	18.112.052	4.335.722	15.513.466	2.881.629	40.842.869	-	40.842.869
Lucro bruto	4.973.585	596.589	4.802.437	432.321	10.804.932	-	10.804.932
Depreciação e amortização	(451.030)	(39.944)	(95.700)	(4.329)	(591.003)	-	(591.003)
Equivalência patrimonial	19.934	-	8.416	-	28.350	-	28.350
Lucro operacional	696.791	96.866	1.018.047	47.206	1.858.910	-	1.858.910
Despesas financeiras	(604.698)	(31.760)	(568.857)	(99.639)	(1.304.954)	23.200	(1.281.754)
Receita financeira	250.112	16.530	164.197	8.539	439.378	(23.200)	416.178
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	342.205	81.636	613.387	(43.894)	993.334	-	993.334
Imposto de renda e contribuição social	(61.857)	(28.472)	(208.025)	13.787	(284.567)	-	(284.567)
Lucro líquido do exercício	280.348	53.164	405.362	(30.107)	708.767	-	708.767
Ativo circulante	5.494.298	950.643	7.725.876	1.008.164	15.178.981	(329.672)	14.849.309
Ativo não circulante	13.139.569	2.376.771	3.297.957	409.658	19.223.955	(497.741)	18.726.214
Passivo circulante	4.414.220	2.038.965	6.248.705	1.360.331	14.062.221	(827.413)	13.234.808
Passivo não circulante	6.628.426	390.885	1.663.578	5.338	8.688.227	-	8.688.227
Patrimônio líquido	7.591.221	897.564	3.111.550	52.153	11.652.488	-	11.652.488

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos - Continuação

Descrição	Saldos em 30.09.2012						Total
	Varejo	Atacado de autosserviços	Eleto	Comércio eletrônico	Total	Eliminação (*)	
Receita líquida de vendas	16.904.664	3.232.366	13.861.977	2.341.027	36.340.034	-	36.340.034
Lucro bruto	4.790.405	461.932	4.081.767	330.091	9.664.195	-	9.664.195
Depreciação e amortização	(405.149)	(31.999)	(117.445)	(880)	(555.473)	-	(555.473)
Equivalência patrimonial	8.067	-	3.796	-	11.863	-	11.863
Lucro operacional	996.235	83.909	634.617	38.922	1.753.683	-	1.753.683
Despesas financeiras	(670.616)	(64.645)	(561.328)	(84.254)	(1.380.843)	29.115	(1.351.728)
Receita financeira	338.223	17.091	127.476	5.640	488.430	(29.115)	459.315
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	663.843	36.355	200.765	(39.693)	861.270	-	861.270
Imposto de renda e contribuição social	(167.371)	(3.559)	(87.551)	14.615	(243.866)	-	(243.866)
Lucro líquido do exercício	496.472	32.797	113.215	(25.080)	617.404	-	617.404
<u>31.12.2012</u>							
Ativo circulante	7.531.844	827.835	7.650.902	861.609	16.872.190	(191.888)	16.680.302
Ativo não circulante	12.383.311	2.434.936	3.234.372	335.589	18.388.208	(236.402)	18.151.806
Passivo circulante	4.376.599	2.003.619	6.324.067	1.115.274	13.819.559	(428.292)	13.391.267
Passivo não circulante	8.337.036	388.311	1.647.530	13	10.372.890	-	10.372.890
Patrimônio líquido	7.201.520	870.841	2.913.677	81.911	11.067.949	2	11.067.951

(*) As eliminações são compostas por saldos entre as companhias.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos - Continuação

Informações gerais da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	30.09.2013	31.12.2012
Alimentos	55,0%	55,1%
Não alimentos	45,0%	44,9%
Total de vendas	100,0%	100,0%

Em 30 de setembro de 2013 os investimentos (Capex) estavam assim apresentados:

	30.09.2013	31.12.2012
Alimentos	1.031.641	1.245.232
Não alimentos	265.959	331.325
Total de investimentos	1.297.600	1.576.557

36. Eventos subsequentes

a) Aprovação do CADE da permuta de participação acionária entre o Casino Guichard-Perrachon e Península Participações S.A.

A Companhia divulgou correspondência recebida de Casino Guichard-Perrachon ("Grupo Casino") e do Sr. Abilio dos Santos Diniz ("Grupo AD") informando a assinatura de Instrumento Privado de Transação e Renúncia de Direitos pelo qual as partes concordaram em transacionar toda e qualquer disputa, reclamações ou litígios relacionados à sua sociedade no Brasil, notadamente como acionistas da Wilkes Participações S.A. ("Wilkes") e da CBD.

Dentre outros assuntos, ficou estabelecida a troca de 19.375.000 ações preferenciais emitidas pela CBD e detidas pelo Grupo Casino em contraprestação por 19.375.000 de ações ordinárias emitidas por Wilkes detidas pelo Grupo AD.

No dia 2 de outubro de 2013, a transferência de 11.229.075 ações que estavam sujeitas à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") foi autorizada pelo órgão sem restrições.

b) Eleição do Sr. Jean-Charles Henri Naouri como Presidente do Conselho de Administração

Em 09 de outubro de 2013, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, elegeram o Sr. Jean-Charles Henri Naouri para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2014.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36. Eventos subsequentes -- Continuação

c) Antecipação de dividendos

Em 16 de outubro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a antecipação de distribuição de dividendos no valor de R\$33.159, sendo R\$0,13 por ação preferencial e R\$0,118182 por ação ordinária.

O pagamento dos dividendos será realizado no dia 07 de novembro de 2013. Terão direito aos dividendos todas as ações em circulação na data-base de 25 de outubro de 2013. A partir do dia 28 de outubro de 2013, as ações serão negociadas sem direito aos dividendos ("ex-dividendos") até a data do seu pagamento.

d) Aumento de capital

Em 16 de outubro de 2013, os membros do Conselho de Administração, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral realizada em 20 de dezembro de 2006 ("Plano"), aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$1.472, mediante a emissão de 44.034 (quarenta e quatro mil e trinta e quatro) ações preferenciais.

Por conseguinte, o capital social da Companhia passará de R\$6.759.809 para R\$6.761.281, integralmente subscrito e realizado, dividido em 264.362.226 (duzentas e sessenta e quatro milhões, trezentas e sessenta e duas mil, duzentas e vinte e seis) ações sem valor nominal, sendo 99.679.851 (noventa e nove milhões, seiscentas e setenta e nove mil, oitocentas e cinquenta e uma) ações ordinárias e 164.682.375 (cento e sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e duas mil, trezentas e setenta e cinco) ações preferenciais.

e) Adesão da Via Varejo ao Nível 2 da BM&FBovespa

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2013, foram aprovadas pelos acionistas a adesão da Companhia ao Nível 2 da BM&FBovespa e a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia, especialmente para adequá-lo as regras do Regulamento de Listagem do Nível 2.

As principais modificações foram:

- Instituição de *Units* e fixação de suas regras (1 *Unit* corresponde a 1 ordinária e 2 preferenciais);
- Previsão de membros independentes para o Conselho de Administração;
- Composição da diretoria de 2 a 8 membros (anteriormente 4) e criação do cargo de Diretor Executivo;
- Aumento do limite do capital autorizado;
- Possibilidade de emissão de debêntures conversíveis em ações; e
- Fixação das regras para alienação de controle, cancelamento de registro de companhia aberta e saída de Nível 2.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36. Eventos subsequentes -- Continuação

f) Aquisição da Indústria de Móveis Bartira Ltda.

“Em 15 de outubro de 2013, o Conselho de Administração da Via Varejo aprovou a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a ser realizada em 31 de outubro de 2013, para deliberar sobre a aquisição pela Via Varejo da parcela remanescente do capital social de Indústria de Móveis Bartira Ltda. (“Bartira”), detidas pela Casa Bahia Comercial Ltda, através do exercício da opção de compra registrado na Companhia no âmbito da combinação de negócios de 2010 que resultou na criação da Via Varejo S.A.

Em 30 de setembro de 2013, Bartira é reconhecida como um negócio em conjunto (vide nota 3 d)). Esta transação será submetida a aprovação do CADE, e após a aprovação, o pagamento e transferência das quotas será realizado no fechamento da transação.”